

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	13
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	15
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	16
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012	17
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	18
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	19
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	20
--------------------------	----

Notas Explicativas	27
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	78
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	80
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	81
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	4.576.432
Preferenciais	4.607.026
Total	9.183.458
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	676.374	654.075
1.01	Ativo Circulante	41.340	49.798
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	5.811	3.467
1.01.03	Contas a Receber	24.251	27.480
1.01.03.01	Clientes	24.251	27.480
1.01.04	Estoques	1.486	1.557
1.01.06	Tributos a Recuperar	6.334	5.809
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	6.334	5.809
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	3.458	11.485
1.01.08.03	Outros	3.458	11.485
1.02	Ativo Não Circulante	635.034	604.277
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.061	2.990
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	0	66
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas	0	66
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	3.061	2.924
1.02.01.09.01	Ativos Não-Correntes a Venda	2.850	2.850
1.02.01.09.03	Depósitos e Bloqueios Judiciais	74	74
1.02.01.09.07	Demais Créditos	137	0
1.02.02	Investimentos	620.184	589.467
1.02.02.01	Participações Societárias	620.184	589.467
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	81.472	86.612
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	486.328	454.846
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	50.632	46.261
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	1.752	1.748
1.02.03	Imobilizado	11.788	11.819
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	11.788	11.819
1.02.04	Intangível	1	1
1.02.04.01	Intangíveis	1	1

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	676.374	654.075
2.01	Passivo Circulante	12.790	18.183
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	26	1
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	26	1
2.01.02	Fornecedores	4.619	7.795
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	4.619	7.795
2.01.03	Obrigações Fiscais	729	1.597
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	670	1.204
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	76	1.204
2.01.03.01.02	Outros Tributos Federais	594	0
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	59	393
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	0	1.355
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	0	1.355
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	0	1.355
2.01.05	Outras Obrigações	220	239
2.01.05.02	Outros	220	239
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	14	14
2.01.05.02.04	Outras Obrigações	206	225
2.01.06	Provisões	7.196	7.196
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	7.196	7.196
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	7.196	0
2.02	Passivo Não Circulante	117.577	117.577
2.02.02	Outras Obrigações	20.000	20.000
2.02.02.02	Outros	20.000	20.000
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	20.000	20.000
2.02.03	Tributos Diferidos	97.577	97.577
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	97.577	97.577
2.02.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social	97.269	97.269
2.02.03.01.02	Outros Tributos	308	308
2.03	Patrimônio Líquido	546.007	518.315
2.03.01	Capital Social Realizado	342.056	342.056
2.03.02	Reservas de Capital	11.969	11.994
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	11.969	11.994
2.03.04	Reservas de Lucros	29.600	29.600
2.03.04.01	Reserva Legal	1.941	1.941
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	27.659	27.659
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-25.559	-53.305
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	187.941	187.970

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012		Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012		Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011		Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011	
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	15.643	23.837	23.837	6.177	9.989			
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-9.616	-17.885	-17.885	-5.581	-10.326			
3.03	Resultado Bruto	6.027	5.952	5.952	596	-337			
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	4.354	21.853	21.853	8.796	-2.171			
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.103	-4.147	-4.147	-1.168	-3.027			
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0	0	2.052			
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	-40	-40	-40	-40			
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	6.457	26.040	26.040	10.004	-1.156			
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	10.381	27.805	27.805	9.392	-2.508			
3.06	Resultado Financeiro	659	461	461	-188	-636			
3.06.01	Receitas Financeiras	890	922	922	96	116			
3.06.02	Despesas Financeiras	-231	-461	-461	-284	-752			
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	11.040	28.266	28.266	9.204	-3.144			
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-520	-520	-520	0	0			
3.08.01	Corrente	-520	-520	-520	0	0			
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	10.520	27.746	27.746	9.204	-3.144			
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	10.520	27.746	27.746	9.204	-3.144			
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)								
3.99.01	Lucro Básico por Ação								
3.99.01.01	ON	1,14560	3,02140	3,02140	1,00230	-0,34240			
3.99.01.02	PNA	1,14560	3,02140	3,02140	1,00230	-0,34240			
3.99.01.03	PNB	1,14560	3,02140	3,02140	1,00230	-0,34240			
3.99.02	Lucro Diluído por Ação								
3.99.02.01	ON	1,14560	3,02140	3,02140	1,00230	-0,34240			
3.99.02.02	PNA	1,14560	3,02140	3,02140	1,00230	-0,34240			
3.99.02.03	PNB	1,14560	3,02140	3,02140	1,00230	-0,34240			

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	10.520	27.746	9.204	-3.144
4.03	Resultado Abrangente do Período	10.520	27.746	9.204	-3.144

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Direto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	16.180	4.261
6.01.01	Recebimento de Consumidores	29.478	9.490
6.01.02	Fornecedores - Materiais e Serviços	-24.855	-16.913
6.01.04	Salários e Encargos Sociais	-2.156	-1.962
6.01.05	Rendimento de Aplicações Financeiras	131	80
6.01.06	Pagamentos de Encargos da Dívida	-31	0
6.01.07	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos	16.957	19.815
6.01.08	Impostos e Contribuições	-2.753	-5.728
6.01.10	Outros Pagamento/Recebimentos	-591	-521
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-12.503	-52
6.02.01	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-12.503	0
6.02.02	Aquisição de Investimentos	0	-52
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.333	-4.774
6.03.01	Amortização de Empréstimos e Financiamentos	-1.333	-4.722
6.03.02	Outros	0	-52
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	2.344	-565
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.467	1.319
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	5.811	754

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	342.056	11.994	29.600	-53.305	187.970	518.315
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	342.056	11.994	29.600	-53.305	187.970	518.315
5.04	Transferências de Capital com os Sócios	0	-25	0	0	-29	-54
5.04.08	Perda de Capital por Diluição de Percentual	0	0	0	0	-29	-29
5.04.09	Transferência para o Passivo Circulante	0	-25	0	0	0	-25
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	27.746	0	27.746
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	27.746	0	27.746
5.07	Saldos Finais	342.056	11.969	29.600	-25.559	187.941	546.007

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	342.056	11.994	29.600	-79.495	188.817	492.972
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	342.056	11.994	29.600	-79.495	188.817	492.972
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-3.144	0	-3.144
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-3.144	0	-3.144
5.07	Saldos Finais	342.056	11.994	29.600	-82.639	188.817	489.828

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
7.01	Receitas	26.928	11.257
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	26.928	11.257
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-21.335	-10.965
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-21.335	-10.965
7.03	Valor Adicionado Bruto	5.593	292
7.04	Retenções	-30	-32
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-30	-32
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	5.563	260
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	26.962	-1.040
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	26.040	116
7.06.02	Receitas Financeiras	922	-1.156
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	32.525	-780
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	32.525	-780
7.08.01	Pessoal	570	344
7.08.01.01	Remuneração Direta	553	344
7.08.01.02	Benefícios	17	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.728	1.268
7.08.02.01	Federais	3.189	1.041
7.08.02.02	Estaduais	539	227
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	481	752
7.08.03.01	Juros	461	752
7.08.03.02	Aluguéis	20	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	27.746	-3.144
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	27.746	-3.144

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	2.166.666	2.170.285
1.01	Ativo Circulante	466.634	457.284
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	24.330	22.614
1.01.02	Aplicações Financeiras	31.397	44.134
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	31.397	44.134
1.01.03	Contas a Receber	321.294	306.169
1.01.03.01	Clientes	321.294	306.169
1.01.03.01.01	Consumidores e Revendedores	321.294	306.169
1.01.04	Estoques	9.510	9.108
1.01.06	Tributos a Recuperar	32.981	24.242
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	32.981	24.242
1.01.07	Despesas Antecipadas	6.454	5.679
1.01.07.01	Ativos Regulatórios	5.605	5.605
1.01.07.02	Outras Despesas Antecipadas	849	74
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	40.668	45.338
1.01.08.03	Outros	40.668	45.338
1.01.08.03.01	Demais Créditos	40.668	45.338
1.02	Ativo Não Circulante	1.700.032	1.713.001
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	862.413	820.292
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	10.764	10.371
1.02.01.01.01	Títulos para Negociação	10.764	10.371
1.02.01.03	Contas a Receber	94.295	134.537
1.02.01.03.01	Clientes	94.295	117.568
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	0	16.969
1.02.01.06	Tributos Diferidos	15.439	15.955
1.02.01.06.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	6.542	6.542
1.02.01.06.03	Outros Tributos Compensáveis	8.897	9.413
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	741.915	659.429
1.02.01.09.01	Ativos Não-Correntes a Venda	278.964	278.965
1.02.01.09.05	Ativo Financeiro de Concessões	455.952	374.965
1.02.01.09.06	Depósitos e Bloqueios Judiciais	5.348	5.499
1.02.01.09.07	Demais Créditos	1.651	0
1.02.02	Investimentos	310.743	311.208
1.02.02.01	Participações Societárias	310.743	311.208
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	308.991	298.257
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	1.752	12.951
1.02.03	Imobilizado	189.562	193.114
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	126.659	123.644
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	62.903	69.470
1.02.04	Intangível	337.314	388.387
1.02.04.01	Intangíveis	337.314	388.387
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	203.241	249.915
1.02.04.01.03	Goodwill	120.681	123.625
1.02.04.01.04	Outros Intangíveis	13.392	14.847

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	2.166.666	2.170.285
2.01	Passivo Circulante	645.780	657.765
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	82.971	75.807
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	82.971	75.807
2.01.01.02.01	Folha de Pagamento	26.117	22.725
2.01.01.02.03	Benefício a Empregados	56.854	53.082
2.01.02	Fornecedores	149.064	155.447
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	149.064	155.447
2.01.03	Obrigações Fiscais	133.175	121.542
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	28.617	20.485
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	17.986	5.710
2.01.03.01.02	Outros Tributos Federais	10.631	14.775
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	103.646	99.450
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	912	1.607
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	119.212	127.599
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	119.212	127.599
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	119.212	127.599
2.01.05	Outras Obrigações	150.742	165.851
2.01.05.02	Outros	150.742	165.851
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	9.448	17.495
2.01.05.02.05	Encargos Regulatórios	114.457	122.412
2.01.05.02.10	Outras Obrigações	26.837	25.944
2.01.06	Provisões	10.616	11.519
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	10.616	11.519
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	7.196	7.196
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	2.385	2.650
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	1.035	1.673
2.02	Passivo Não Circulante	743.268	766.489
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	290.673	297.884
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	290.673	297.884
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	290.673	297.884
2.02.02	Outras Obrigações	314.613	321.590
2.02.02.02	Outros	314.613	321.590
2.02.02.02.03	Benefícios a Empregados	184.291	199.502
2.02.02.02.04	Encargos Regulatórios	100.923	92.037
2.02.02.02.06	Outras Obrigações	29.399	30.051
2.02.03	Tributos Diferidos	99.470	110.589
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	99.470	110.589
2.02.03.01.01	Imposto de Renda Pessoa Jurídica	72.770	80.949
2.02.03.01.02	Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido	26.207	29.159
2.02.03.01.03	Outros Tributos Federais	493	481
2.02.04	Provisões	38.512	36.426
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	38.512	36.426
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.241	1.351
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	5.438	4.650
2.02.04.01.05	Provisões Regulatórias	31.833	30.425

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	777.618	746.031
2.03.01	Capital Social Realizado	342.056	342.056
2.03.02	Reservas de Capital	11.969	11.994
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	11.969	11.994
2.03.04	Reservas de Lucros	29.600	29.600
2.03.04.01	Reserva Legal	1.941	1.941
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	27.659	27.659
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-25.559	-53.305
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	187.941	187.970
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	231.611	227.716

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	387.532	747.144	333.040	653.670
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-294.627	-583.761	-251.894	-500.719
3.02.01	Custo com Energia Elétrica	-204.051	-401.577	-165.876	-330.879
3.02.02	Custo de Operação	-79.778	-161.912	-80.437	-159.514
3.02.03	Custo do Serviço Prestado a Terceiros	-10.798	-20.272	-5.581	-10.326
3.03	Resultado Bruto	92.905	163.383	81.146	152.951
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-62.053	-92.255	-47.689	-100.144
3.04.01	Despesas com Vendas	-18.624	-21.038	-25.199	-42.084
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-45.752	-83.967	-28.266	-55.771
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	8.917	29.457	24.774	32.366
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-11.729	-21.844	-23.500	-37.515
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	5.135	5.137	4.502	2.860
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	30.852	71.128	33.457	52.807
3.06	Resultado Financeiro	-15.163	-26.246	-18.060	-37.373
3.06.01	Receitas Financeiras	8.162	19.358	8.665	17.909
3.06.02	Despesas Financeiras	-23.325	-45.604	-26.725	-55.282
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	15.689	44.882	15.397	15.434
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	347	-7.405	-2.327	-11.320
3.08.01	Corrente	-9.293	-18.651	-2.327	-11.320
3.08.02	Diferido	9.640	11.246	0	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	16.036	37.477	13.070	4.114
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	16.036	37.477	13.070	4.114
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	10.520	27.746	9.204	-3.144
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	5.516	9.731	3.866	7.258
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	1,14560	3,02140	1,00230	-0,34240
3.99.01.02	PNA	1,14560	3,02140	1,00230	-0,34240

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
3.99.01.03	PNB	1,14560	3,02140	1,00230	-0,34240
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	1,14560	3,02140	1,00230	-0,34240
3.99.02.02	PNA	1,14560	3,02140	1,00230	-0,34240
3.99.02.03	PNB	1,14560	3,02140	1,00230	-0,34240

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	16.036	37.477	13.070	4.114
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	16.036	37.477	13.070	4.114
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	10.520	27.746	9.204	-3.144
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	5.516	9.731	3.866	7.258

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Direto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-20.947	54.919
6.01.01	Recebimento de Consumidores	1.163.926	1.000.317
6.01.02	Fornecedores - Materiais e Serviços	-129.186	-109.102
6.01.03	Fornecedores - Energia Elétrica	-460.240	-359.651
6.01.04	Salários e Encargos Sociais	-117.311	-103.939
6.01.05	Rendimento de Aplicações Financeiras	1.384	2.629
6.01.06	Pagamento de Encargos da Dívida	-22.127	-27.639
6.01.07	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	682	10.015
6.01.08	Impostos e Contribuições	-344.061	-226.583
6.01.09	Encargos Setoriais	-87.280	-118.285
6.01.10	Outros Pagamentos/Recebimentos	-26.734	-12.843
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	38.246	-38.416
6.02.01	Aquisição de Ativos Financeiros da Concessão, Intangíveis e Imobilizados	-17.289	-37.779
6.02.02	Alienação de Imobilizado	55.538	0
6.02.03	Aquisição de Investimentos	-3	-637
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-28.321	-55.761
6.03.01	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	-13.643	-16.200
6.03.02	Empréstimos e Financiamentos Obtidos	52.547	66.324
6.03.03	Amortização de Empréstimos e Financiamentos	-67.225	-105.579
6.03.04	Outros	0	-306
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-11.022	-39.258
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	66.748	99.258
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	55.726	60.000

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	342.056	11.994	29.600	-53.305	187.970	518.315	227.716	746.031
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	342.056	11.994	29.600	-53.305	187.970	518.315	227.716	746.031
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-25	0	0	-29	-54	-5.836	-5.890
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	0	0	-5.836	-5.836
5.04.08	Perda de Capital por Diluição de Percentual	0	0	0	0	-29	-29	0	-29
5.04.09	Transferência para o Passivo Circulante	0	-25	0	0	0	-25	0	-25
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	27.746	0	27.746	9.731	37.477
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	27.746	0	27.746	9.731	37.477
5.07	Saldos Finais	342.056	11.969	29.600	-25.559	187.941	546.007	231.611	777.618

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	342.056	11.994	29.600	-79.495	188.817	492.972	231.637	724.609
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	342.056	11.994	29.600	-79.495	188.817	492.972	231.637	724.609
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	-9.799	-9.799
5.04.01	Aumentos de Capital	0	0	0	0	0	0	83	83
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	0	0	-9.882	-9.882
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-3.144	0	-3.144	7.258	4.114
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-3.144	0	-3.144	7.258	4.114
5.07	Saldos Finais	342.056	11.994	29.600	-82.639	188.817	489.828	229.096	718.924

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
7.01	Receitas	1.167.025	988.252
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.145.800	1.001.525
7.01.02	Outras Receitas	14.279	0
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	6.946	-13.273
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-567.614	-465.900
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-401.577	-330.879
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-161.415	-146.623
7.02.04	Outros	-4.622	11.602
7.03	Valor Adicionado Bruto	599.411	522.352
7.04	Retenções	-22.109	-31.673
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-22.109	-31.673
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	577.302	490.679
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	24.495	20.769
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	5.137	2.860
7.06.02	Receitas Financeiras	19.358	17.909
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	601.797	511.448
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	601.797	511.448
7.08.01	Pessoal	84.672	73.417
7.08.01.01	Remuneração Direta	60.724	67.279
7.08.01.02	Benefícios	23.948	6.138
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	408.617	359.175
7.08.02.01	Federais	209.426	178.132
7.08.02.02	Estaduais	199.191	181.043
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	71.031	74.742
7.08.03.01	Juros	45.604	55.282
7.08.03.02	Aluguéis	25.427	19.460
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	37.477	4.114
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	27.746	-3.144
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	9.731	7.258

Comentário de Desempenho



Comentário de Desempenho

Companhia Energética de Brasília S.A – CEB

2º Trimestre de 2012

1

O relatório de desempenho apresenta os números consolidados da Companhia Energética de Brasília S.A – CEB e suas controladas descritas na nota explicativa nº 1 das informações trimestrais de 30/06/2012.

DESEMPENHO OPERACIONAL (NÃO REVISADO PELOS AUDITORES INDEPENDENTES)

Quantidade de Consumidores por Classe

Classe de Consumidores	2T12	1T12	2T11	Δ Trim.	Δ Ano
Residencial	776.085	765.846	751.509	1,3%	3,3%
Comercial	101.216	100.825	98.496	0,4%	2,8%
Rural	9.649	9.582	9.514	0,7%	1,4%
Poder Publico	5.305	5.188	4.965	2,3%	6,9%
Industrial	1.716	1.719	1.708	-0,2%	0,5%
Serviço Público	291	290	290	0,3%	0,3%
Iluminação Pública	19	19	19	0,0%	0,0%
Total	894.281	883.469	866.501	1,2%	3,2%

Quantidade de Energia Vendida a Consumidores Final

Classe de Consumidores	MWh			Δ Trim.	Δ Ano	MWh	
	2T12	1T12	2T11			1S12	1S11
Residencial	528.822	493.676	490.807	7,1%	7,7%	1.022.498	985.097
Comercial	484.361	456.381	444.838	6,1%	8,9%	940.742	902.267
Poder Publico	152.801	140.716	140.742	8,6%	8,6%	293.517	287.648
Iluminação Pública	96.133	93.451	90.378	2,9%	6,4%	189.584	181.288
Serviço Público	83.928	79.063	80.644	6,2%	4,1%	162.991	165.266
Industrial	60.404	57.910	57.313	4,3%	5,4%	118.314	114.976
Rural	32.231	29.504	25.282	9,2%	27,5%	61.735	59.717
Fornecimento faturado	1.438.680	1.350.701	1.330.004	6,5%	8,2%	2.789.381	2.696.259

No 2T12 a base de consumidores apresentou um aumento de 3,2% na comparação com mesmo período do ano anterior e em relação ao 1T12 este aumento foi de 1,2%, atingido um total de 894.281 mil consumidores. Do total de Consumidores no final do 2T12 87% pertencia a classe Residencial e 11% a classe Comercial. O demais consumidores representavam 2%.

A quantidade de energia vendida no 2T12 atingiu 1.438.680 MWh, e apresentou um crescimento de 8,2% quando comparado com o 2T11 e 6,5% em relação ao 1T12.

Comentário do Desempenho



Comentário de Desempenho

Companhia Energética de Brasília S.A – CEB

2º Trimestre de 2012

2

RESULTADOS CONSOLIDADOS

RECEITA OPERACIONAL BRUTA

A receita operacional bruta consolidada totalizou R\$ 593,3 milhões, R\$ 82,8 milhões superior a do 2T11 (16,2%). Em relação ao 1T12 o aumento foi de 40,8 milhões (7,4%). Desconsiderando a receita de construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado, devido ao custo correspondente, no mesmo valor), a receita operacional bruta seria de R\$ 561,1 milhões, um crescimento de 75,1 milhões (15,5%) quando comparado ao 2T11 e 39,8 milhões (7,7%) em relação ao 1T211.

Receita Bruta – R\$ mil	2T12	1T12	2T11	Δ Trim.	Δ Ano	1S12	1S11
Fornecimento de Energia Elétrica	520.786	480.619	454.146	8,4%	14,7%	1.001.405	900.987
Receita de Construção	32.210	31.232	24.567	3,1%	31,1%	63.442	47.662
Receita de Prestação de Serviços	18.865	10.527	12.901	79,2%	46,2%	29.392	14.265
Disponibilidade do Sistema de Distribuição	9.130	9.001	8.363	1,4%	9,2%	18.131	15.480
Energia de Curto Prazo	4.997	7.465	3.644	-33,1%	37,1%	14.991	9.509
Outras Receitas Operacionais	7.346	13.622	6.879	-46,1%	6,8%	18.439	13.622
Receita Operacional Bruta	593.334	552.466	510.500	7,4%	16,2%	1.145.800	1.001.525
Impostos e Deduções	(205.802)	(192.854)	(177.460)	6,7%	16,0%	(398.656)	(347.855)
Receita Operacional Líquida	387.532	359.612	333.040	7,8%	16,4%	747.144	653.670

FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

No 2T12, a receita bruta de fornecimento de energia elétrica foi de R\$ 520,7 milhões, 66,6 milhões (14,7%) superior a obtida no 2T11. As principais razões para este aumento foram:

- ✓ Reajuste tarifário de 8,15% autorizado pela ANEEL, sendo 6,86% econômico e 1,29% de componente financeiro. O efeito médio desse reajuste sobre as tarifas dos consumidores foi de 6,36%, sendo de 5,58% para os consumidores atendidos em alta tensão e de 6,74% para aqueles atendidos em baixa tensão.
- ✓ Aumento da base de consumidores 3,2% o que representa um aumento físico de 27.780 novos consumidores.
- ✓ O consumo em MWh teve aumento 8,2% atingido 1.438.680 MWh no final do 2T12 (1.330.004 MWh em 2T11).

RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O acréscimo de R\$ 5,9 milhões (46,2%) no 2T12, em relação à receita gerada no 2T11 deve-se ao maior número de serviços executados neste período. Mesma justificativa para o crescimento de R\$ 8,3 milhões (79,2%) em comparação ao 1T12.

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS (EXCETO DEPRECIACÃO E AMORTIZACÃO)

Os custos e despesas operacionais consolidados, que desconsideram as depreciações e amortizações do período no montante de R\$ 10,3 milhões, totalizaram R\$ 348,6 milhões, um aumento de R\$ 59,1 milhões (20,4%) em relação ao 2T11.

Comentário de Desempenho



Comentário de Desempenho

Companhia Energética de Brasília S.A – CEB

2º Trimestre de 2012

3

Custos e Despesas Operacionais - R\$ mil	2T12	1T12	2T11	Δ Trim.	Δ Ano	1S12	1S11
Custo da Energia Comprada							
Energia Elétrica Comprada para Revenda	166.965	160.707	133.611	3,9%	25,0%	327.673	264.139
Encargos de Uso da rede Elétrica	37.086	36.819	32.265	0,7%	14,9%	73.905	66.740
Subtotal	204.051	197.526	165.876	3,3%	23,0%	401.578	330.879
Demais Custos e Despesas Operacionais							
Pessoal e Administradores	43.735	37.696	35.092	16,0%	24,6%	81.431	67.279
Serviço de Terceiros	41.620	38.692	34.720	7,6%	19,9%	80.536	67.986
Custo de Construção - concessão	32.210	31.232	24.567	3,1%	31,1%	63.442	47.662
Arrendamento	13.024	12.403	9.730	5,0%	33,9%	25.427	19.460
PDD - Provisão para Devedores Duvidosos	4.806	(11.752)	9.822	-140,9%	-51,1%	(6.946)	13.273
Entidade de Previdência Privada	1.732	1.509	1.241	14,8%	39,6%	3.241	2.560
Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos	1.387	2.315	1.779	-40,1%	-22,0%	3.702	3.514
Material	1.361	1.483	2.289	-8,2%	-40,5%	2.844	4.208
Taxa de Fiscalização de Serviço Energia Elétrica	798	827	650	-3,5%	22,8%	1.625	1.383
Outras (Despesas)/Receitas Operacionais	3.911	(4.337)	3.777	-190,2%	3,5%	9.778	8.697
Subtotal	144.584	110.068	123.667	31,4%	16,9%	265.080	236.022
Total	348.635	307.594	289.543	13,3%	20,4%	666.658	566.901

O aumento de 20,4% deve-se, principalmente ao crescimento dos custos/despesas a seguir:

- ✓ Energia Elétrica Comprada para Revenda apresentou um crescimento de R\$ 33,5 milhões (25,0%) devidos principalmente aos seguintes eventos:
 - aumento nos Contratos de Disponibilidades que somente no 2T12 tiveram acréscimo de 45,5% em relação ao 1T12;
 - aumento nos valores de aquisição de energia elétrica das Termoelétricas que tem contratos com o sistema elétrico. Para o cumprimento do contrato pactuado as Termoelétricas adquire energia no mercado acima do valor do contrato e para não terem prejuízo entram com pedido de liminar na CCEE, o que fez com que a Controlada CEB – D tivesse um custo maior na compra de energia para revenda.
- ✓ Serviços de Terceiros teve aumento de R\$ 6,9 milhões (19,9%) na comparação com o 2T11. Este acréscimo reflete o maior nível de realização de obras de IP (Iluminação Pública) no período.
- ✓ Custo de Construção – Concessão apresentou um crescimento de R\$ 7,6 milhões (31,1%) em relação ao 2T11. Este item não impacta o resultado, devido à receita de construção ser reconhecida no mesmo valor do Custo de Construção.
- ✓ Pessoal e Administradores apresentou um aumento de R\$ 8,6 milhões (24,6%) em função do reajuste salarial ocorrido no 4T11 com a aprovação do acordo coletivo e novas contratações de pessoal através de concurso público. Em relação ao 1T12 houve um aumento de 16,0% em função do pagamento de abono negociado no acordo coletivo vigente e também novas contratações de pessoal aprovados em concurso público.
- ✓ Arrendamento teve um acréscimo de R\$ 3,2 milhões (33,9%) em função do reajuste anual previsto em contrato que prevê como base para aplicação do índice (IPCA) sobre o valor do Imobilizado líquido no final do exercício.

Comentário de Desempenho



Comentário de Desempenho

Companhia Energética de Brasília S.A – CEB

2º Trimestre de 2012

4

Os acréscimos foram parcialmente compensados pelos seguintes eventos:

- ✓ reversão na provisão de devedores duvidosos no valor de R\$ 17,0 milhões, em função do acordo realizado com a Brasil Telecom S.A.(Oi) para quitação de débitos;
- ✓ venda de bens do Imobilizado que gerou um ganho de R\$ 14,2 milhões; e
- ✓ compensação de créditos de PIS e COFINS não cumulativos principalmente com Custo de Energia Comprada para Revenda e Encargos de Uso de Rede Elétrica que totalizou R\$ 21,9 milhões no 2T12 (R\$ 20,4 milhões no 1T12).

DEPRECIÇÃO / AMORTIZAÇÃO

A despesa com depreciação e amortização atingiu R\$ 10,3 milhões no 2T12, uma redução de R\$ 5,5 milhões (34,4%) em relação ao 2T11. A redução ocorreu em função das alterações nas taxas de depreciação/amortização regulamentada pela ANEEL e recálculo da depreciação/amortização dos bens de concessão.

R\$ mil	2T12	1T12	2T11	Δ Trim.	Δ Ano	1S12	1S11
Depreciação/Amortização	10.368	11.741	15.816	-11,7%	-34,4%	22.109	31.673

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido negativo no 2T12 totalizou R\$ 15,1 milhões, uma redução de R\$ 2,8 milhões (-16,0%) em relação ao 2T11.

Receitas Financeiras	2T12	1T12	2T11	Δ Trim.	Δ Ano	1S12	1S11
Juros / Variações Monetárias sobre Ativos	3.074	5.860	2.050	-47,5%	50,0%	8.934	4.106
Acréscimos Moratórios em Conta de Energia	2.968	3.004	1.094	-1,2%	171,3%	5.972	3.260
Rendimentos de Aplicações Financeiras	1.264	922	1.608	37,1%	-21,4%	2.186	3.014
Outras Receitas Financeiras	856	1.410	3.913	-39,3%	-78,1%	2.266	7.529
Subtotal	8.162	11.196	8.665	-27,1%	-5,8%	19.358	17.909
Despesas Financeiras							
Encargos de Dívidas	(9.132)	(10.655)	(7.124)	-14,3%	28,2%	(19.787)	(29.401)
Juros / Variações Monetárias sobre Passivos	(4.605)	(6.429)	(12.889)	-28,4%	-64,3%	(11.034)	(15.376)
Atualização de Benefício pós-emprego	(1.485)	(2.051)	(3.512)	-27,6%	-57,7%	(3.536)	(4.488)
Compensação por Descontinuidade de Energia	(5.419)	(2.116)	(1.457)	156,1%	271,9%	(7.535)	(3.334)
Outras Despesas Financeiras	(2.684)	(1.028)	(1.743)	161,1%	54,0%	(3.712)	(2.683)
Subtotal	(23.325)	(22.279)	(26.725)	4,7%	-12,7%	(45.604)	(55.282)
Resultado Financeiro	(15.163)	(11.083)	(18.060)	36,8%	-16,0%	(26.246)	(37.373)

O resultado financeiro líquido negativo é reflexo dos seguintes eventos em comparação com o 2T11:

- ✓ aumento dos Encargos da Dívida em R\$ 2,0 (28,2%);
- ✓ aumento de Compensação por Descontinuidade de Energia em R\$ 3,9 milhões (271,9%).

Comentário do Desempenho



Comentário de Desempenho

Companhia Energética de Brasília S.A – CEB

2º Trimestre de 2012

5

Estes eventos foram compensados pela redução do Juros/Variações Monetárias sobre o Passivo que teve uma queda de R\$ 8,2 milhões (-64,3%) e aumento dos encargos cobrados sobre Contas a Receber que gerou um aumento de R\$ 2,9 milhões (92,2%).

EBITDA (LAJIDA)

O EBITDA no 2T12 totalizou R\$ 41,2 milhões, uma redução de R\$ 8,0 milhões (-16,3%) em relação ao 2T11. No 1S12 o EBITDA atingiu R\$ 93,2 milhões, apresentando um aumento de 8,7 (10,4%) em comparação com o 1S11. Se compararmos o EBITDA ajustado, desconsiderando o Ganho na Venda de Bens, o EBITDA do 1S12 apresenta uma redução de 5,5 milhões (-6,5%). A margem EBITDA do 1S12 foi de 12,48% contra 11,31% no 1S11.

Composição - R\$ mil	2T12	1T12	2T11	1S12	1S11
Lucro Consolidado do Período	16.036	21.441	13.070	37.477	4.114
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	(347)	7.752	2.327	7.405	11.320
(+) Resultado Financeiro	15.163	11.083	18.060	26.246	37.373
(+) Depreciação /Amortização	10.368	11.741	15.816	22.109	31.673
EBITDA	41.220	52.017	49.273	93.237	84.480
Margem EBITDA %	10,64	14,46	14,79	12,48	12,92

EBITDA (LAJIDA) AJUSTADO

Composição – R\$	2T12	1T12	2T11	1S12	1S11
Lucro Consolidado do Período	16.036	21.441	13.070	37.477	4.114
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	(347)	7.752	2.327	7.405	11.320
(+) Resultado Financeiro	15.163	11.083	18.060	26.246	37.373
(+) Depreciação /Amortização	10.368	11.741	15.816	22.109	31.673
(-) Ganho na Venda de Bens	(1.304)	(12.975)		(14.279)	
EBITDA Ajustado	39.916	39.042	49.273	78.958	84.480
Margem EBITDA Ajustado %	10,30	10,86	14,79	12,08	11,31

LUCRO LÍQUIDO CONSOLIDADO

O lucro líquido Consolidado do período no 2T12 foi de R\$ 16,0 milhões sendo que deste total R\$ 10,5 milhões (R\$ 9,2 milhões no 2T11) foi atribuído ao acionista controlador. Em comparação com o 2T11 o resultado foi 22,7% superior. O lucro líquido Consolidado até o 1S12 atingiu R\$ 37,4 (R\$ 4,1 até 1S11) sendo que R\$ 27,7 foi atribuído ao acionista controlador.

	2T12	1T12	2T11	Δ Trim.	Δ Ano	1S12	1S11
Lucro Consolidado do Período	16.036	21.441	13.070	-25,2%	22,7%	37.477	4.114
Lucro atribuído aos controladores	10.520	17.226	9.204	-38,9%	14,3%	27.746	-3.144
Margem Líquida	2,71%	4,79%	2,76%	-43,4%	-1,8%	3,70%	-0,50%
Lucro atribuído aos controladores por ação (R\$)	1,1456	1,8759	1,0023	-38,9%	14,3%	3,0214	-0,3424

Comentário de Desempenho



Comentário de Desempenho

Companhia Energética de Brasília S.A – CEB

2º Trimestre de 2012

6

OUTROS INDICADORES

ENDIVIDAMENTO

A dívida bruta consolidada apresentou uma redução de R\$ 46,2 milhões (-10,1) em relação ao junho de 2011. Esta redução deve-se a menor captação de recursos no mercado e as amortizações ocorridas no período. Em relação a março de 2012 a redução foi de -6,4%.

	jun/12	mar/12	jun/11	Δ Trim.	Δ Ano
Curto Prazo	119.212	127.426	143.975	-6,4%	-17,2%
Longo Prazo	290.673	310.441	312.162	-6,4%	-6,9%
Dívida Total	409.885	437.867	456.137	-6,4%	-10,1%
(-) Caixa Disponível (R\$ mil)	55.727	49.947	60.000	11,6%	-7,1%
= Dívida Líquida (R\$ mil)	354.158	387.920	396.137	-8,7%	-10,6%
Dívida Líquida / EBITDA	1,76	1,70	3,80	3,8%	-53,1%

CRONOGRAMA DE AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA BRUTA

Cronograma de Amortização da Dívida Bruta	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018 em diante	Total
Moeda Nacional	77.352	86.572	88.566	72.378	25.515	19.100	40.402	409.885

Comentário do Desempenho



Comentário de Desempenho

Companhia Energética de Brasília S.A – CEB

2º Trimestre de 2012

7

ANEXO I – CUSTOS / DESPESAS OPERACIONAIS

Custos / Despesas Operacionais - R\$ mil	2T12	1T12	2T11	1S12	1S11
Custo do Serviço de Energia Elétrica e Gás	(293.712)	(294.261)	(251.894)	(587.973)	(500.719)
Custo com Energia Elétrica e Gás	(204.051)	(197.526)	(165.876)	(401.577)	(330.879)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(140.061)	(152.743)	(132.358)	(292.804)	(260.319)
Energia Elétrica Comprada para Revenda - Curto Prazo	(26.904)	(7.965)	(1.253)	(34.869)	(3.820)
Encargos de Uso da Rede Elétrica	(37.086)	(36.819)	(32.265)	(73.905)	(66.740)
Custo de Operação	(79.216)	(89.294)	(80.437)	(168.510)	(159.514)
Pessoal e Administradores	(18.930)	(17.897)	(17.255)	(36.826)	(32.882)
Entidade de Previdência Privada	(629)	(829)	(558)	(1.458)	(1.152)
Material	(535)	(775)	(654)	(1.310)	(1.086)
Serviço de Terceiros	(4.037)	(4.692)	(8.254)	(8.728)	(17.903)
Depreciação e Amortização	(8.298)	(9.596)	(15.264)	(17.894)	(30.557)
Taxa de Fiscalização de Serviço Energia Elétrica	(798)	(827)	(650)	(1.625)	(1.383)
Custo de Construção	(32.210)	(31.232)	(24.567)	(63.442)	(47.662)
Arrendamento	(12.403)	(12.403)	(9.730)	(24.806)	(19.460)
Compensação Financeira Utilização de Recursos Hídricos	(1.387)	(2.315)	(1.779)	(3.702)	(3.514)
Outros Custos de Operação	11	(8.730)	(1.726)	(8.719)	(3.915)
Custo do Serviço Prestado a Terceiros	(9.617)	(8.269)	(5.581)	(17.886)	(10.326)
Material	(7)	(16)		(23)	
Serviço de Terceiros	(9.610)	(8.253)	(5.581)	(17.863)	(10.326)
Despesas Operacionais	(68.104)	(25.077)	(52.191)	(93.181)	(103.004)
Despesas com vendas	(20.367)	3.541	(25.199)	(16.826)	(42.084)
Pessoal e Administradores	(2.817)	(2.734)	(2.473)	(5.551)	(4.756)
Material	(19)	(22)	(1.116)	(40)	(1.911)
Serviço de Terceiros	(10.376)	(10.772)	(11.363)	(21.148)	(21.262)
Propaganda e Publicidade	(116)	(224)	(6)	(339)	(10)
Provisão (Reversão) para Devedores Duvidosos	(6.549)	17.707	(9.822)	11.158	(13.273)
Outras Despesas	(490)	(414)	(419)	(905)	(872)
Despesas gerais e administrativas	(45.752)	(38.215)	(28.266)	(83.967)	(55.771)
Pessoal e Administradores	(21.988)	(17.065)	(15.364)	(39.054)	(29.641)
Entidade de Previdência Privada	(1.103)	(680)	(683)	(1.783)	(1.408)
Material	(801)	(670)	(519)	(1.471)	(1.211)
Serviço de Terceiros	(17.483)	(14.975)	(9.516)	(32.457)	(18.485)
Depreciação e Amortização	(2.070)	(2.145)	(552)	(4.215)	(1.116)
Outras Despesas	(2.307)	(2.680)	(1.632)	(4.987)	(3.910)

Notas Explicativas

Companhia Energética de Brasília e Companhia Energética de Brasília e Sociedades Controladas

Informações Trimestrais – ITR
Notas Explicativas às Informações Trimestrais
em 30 de junho de 2012



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de junho de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2

1 CONTEXTO OPERACIONAL E INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 Objetivo Social

A Companhia Energética de Brasília – CEB (“Companhia” ou “CEB”) é uma sociedade de economia mista de capital aberto, autorizada pela Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, com sua sede social localizada na cidade de Brasília, no Distrito Federal, controlada pelo Governo do Distrito Federal e registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A CEB tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia-quotista ou acionista e a exploração direta ou indireta, conforme o caso, de serviços e energia elétrica, compreendendo os sistemas de geração, transmissão, comercialização e distribuição de energia elétrica, bem como serviços correlatos.

1.2 Participações societárias

As participações societárias da CEB em sociedades controladas, controladas em conjunto e coligadas estão representadas conforme a seguir:

Empresa	Atividade	30/06/2012	31/12/2011
Participações diretas			
Em controladas			
CEB Distribuição S.A.	Distribuição	100%	100%
CEB Geração S.A.	Geração	100%	100%
CEB Participação S.A.	Comercialização	100%	100%
CEB Lajeado S.A.	Comercialização	59,93%	59,93%
Companhia Brasiliense de Gás	Gás	17%	17%
Em controlada em conjunto			
Energética Corumbá III S.A.	Geração	37,50%	37,50%
Em coligada			
Corumbá Concessões S.A.	Geração	39,07%	39,07%
Participações indiretas			
Em coligada			
Investco S.A.	Geração	11,99%	11,99%

a) Controladas

- CEB Distribuição S.A. – A CEB Distribuição S.A. (“CEB-D”) é uma sociedade anônima, de capital fechado, organizada em conformidade com a Lei Distrital nº 2.710, de 24 de maio de 2001, constituída em 20 de junho de 2005 e com início das suas atividades em 12 de janeiro de 2006, como resultado do processo de desverticalização das atividades de distribuição e geração da Companhia Energética de Brasília - CEB.

A CEB-D é uma concessionária pública de energia elétrica e tem por objeto principal a distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito e atividades associadas no Distrito Federal. É detentora do Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 66/1999, celebrado com a União Federal, por intermédio



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de junho de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3

da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), com prazo de vencimento em 7 de julho de 2015, podendo ser prorrogado nos termos do referido contrato de concessão.

(i) Informações sobre aspectos relacionados ao pressuposto da continuidade operacional da CEB-D

A controlada CEB-D vem apresentando deficiência de capital de giro e acumulando prejuízos. Os planos da Administração para manutenção das atividades da CEB-D consistem, entre outros, na venda de ativos não operacionais, na rentabilidade futura dos investimentos em andamento, na capacidade de obter novas linhas de financiamentos e na renovação da concessão, cujo término do atual contrato ocorrerá em julho de 2015. Assim, as demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios da CEB-D e não incluem nenhum ajuste relativo à realização e à classificação dos ativos ou quanto aos valores e à classificação dos passivos, que seriam requeridos na impossibilidade de a controlada continuar operando. A Administração acredita que a execução de ações para a implementação dos referidos planos, associada ao apoio de seu controlador indireto, Governo do Distrito Federal, serão suficientes para a continuidade normal das operações no curto prazo e possibilitará colocar a CEB-D em um patamar de rentabilidade e segurança financeira no médio e longo prazos.

Foi elaborado um plano de recuperação da empresa, em conjunto com o quadro gerencial, e este plano tem sido acompanhado mensalmente pela Administração.

As despesas financeiras deverão ser reduzidas nos próximos exercícios, como conseqüência da capitalização da Companhia, a ser realizado pelo controlador. Em 27 de setembro de 2011 a Companhia Energética de Brasília – CEB comunicou ao mercado fato relevante onde demonstra a determinação do Governo do Distrito Federal – GDF em capitalizar a Companhia via contratação de empréstimo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. A operação poderá envolver a alienação de terreno referido na Nota Explicativa 8a. Entretanto, a possível aquisição do terreno pelo GDF dependerá do desfecho final da operação de empréstimo junto ao BNDES, cuja carta consulta foi protocolada pelo GDF no dia 5 de janeiro de 2012 e enquadrada pelo Banco conforme Ofício no. 297/2012-BNDES CEC, de 17 de abril de 2012. O enquadramento significa a primeira aprovação do projeto encaminhado ao BNDES quando da consulta previa. A partir do enquadramento da operação junto ao BNDES, inicia-se o processo negocial relativamente aos valores efetivos, taxas, prazos, garantias e demais condições do financiamento. É de bom alvitre destacar que, inicialmente, a operação será contratada pelo GDF e terá o destino final dos recursos na capitalização da CEB Distribuição S.A.

Em consonância ao esforço empresarial e capitalização da CEB Distribuição, a Companhia tem realizado uma agressiva política de cobrança junto aos devedores buscando reduzir substancialmente o seu contas a receber. Está em andamento ações em conjunto com a Secretaria da Fazenda para o reconhecimento das dívidas do GDF para com a CEB e após definido o montante atual da dívida buscar-se-á recursos e formas de pagamento.

As ações de cobranças judiciais têm sido monitoradas constantemente pela área jurídica da Companhia com vistas a acelerar o andamento das ações e também a execução dos créditos quando for o caso.



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de junho de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4

Além dos fatos acima, a controladora compromete-se a subscrever e a integralizar, até 31 de dezembro de 2012, prazo este alterado pela Resolução Autorizativa nº 958, de 12 de junho de 2007 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, número de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de emissão da CEB Distribuição S.A., conforme os valores destacados no item (ii) abaixo.

(ii) Compromisso de Subscrição de Ações

Em 23 de janeiro de 2006, foi firmado o instrumento particular “Compromisso de Subscrição de Ações” entre a Companhia Energética de Brasília – CEB e a CEB Distribuição S.A., com a participação da CEB Lajeado S.A. e do Governo do Distrito Federal na qualidade de Intervenientes Anuentes, estabelecendo que:

A CEB compromete-se a subscrever e a integralizar, até 31 de dezembro de 2012, prazo este alterado pela Resolução Autorizativa nº 958, de 12 de junho de 2007 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, número de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de emissão da CEB Distribuição S.A., correspondente ao valor histórico total de R\$ 142,7 milhões, atualizado para R\$ 137,8 milhões em 30 de junho de 2012.

A Resolução Autorizativa nº 318, de 14 de setembro de 2005, previa o aporte inicial em dezembro de 2006. Esta Resolução foi alterada pela Resolução Autorizativa nº 958, de 12 de junho de 2007. Entretanto, foi emitida nova Resolução Autorizativa de nº 3.254/11 que alterou novamente o cronograma de aportes, conforme valores atualizados mostrados a seguir:

Previsto - Resolução 3.254/11		Aportes Realizados		Saldo a Realizar
Meses	Valor	Meses	Valor	
Dezembro de 2011	20.000	Janeiro de 2012	9.000	
Junho de 2012	62.979	Maior de 2012	3.500	
Novembro de 2012	62.979			
Valor Previsto	145.958			
Atualização monetária (Janeiro/2012 a Junho/2012)	4.367			
Total Atualizado em 30 de Junho de 2012	150.325	Total	12.500	

Nota: Os valores são corrigidos pela variação do IGPM.

Como garantia do aporte do valor total da subscrição, a CEB constituiu, em favor da CEB-D, penhor sobre 33.830.000 (trinta e três milhões, oitocentos e trinta mil) ações ordinárias da CEB Lajeado S.A., de sua propriedade, devendo o valor desta garantia ser reduzido na proporção em que forem acontecendo as integralizações.

O § 1º do Art. 5º da Resolução Autorizativa nº 318, de 14 de setembro de 2005, determina que: “Dos recursos oriundos de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio, relativos à CEB-D, no mínimo, 40% (quarenta por cento) deverão ser destinados ao referido aporte de capital”.

Por sua vez, o § 3º do Art. 5º da citada Resolução, estabelece que na hipótese da insuficiência dos dividendos e juros sobre o capital próprio, a CEB deverá aportar os recursos necessários no capital social da CEB-D, cujo aporte anual não poderá ser inferior ao montante do referido compromisso.

A CEB integralizou na CEB D, a parcela das ações subscritas relativa a 2008, com valor histórico de R\$ 20.030. A integralização das demais parcelas dar-se-á por meio de um imóvel, cuja avaliação (R\$ 274.400) foi aprovada pela Assembléia Extraordinária de Acionistas da Companhia realizada em 2009 (Nota 10). Após a autorização



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de junho de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5

da ANEEL, o referido ativo foi destinado à Empresa distribuidora e está contabilizado no Patrimônio Líquido pelo valor avaliado.

Entretanto, a Agência reguladora reconhecerá a integralização das ações por meio do imóvel, quando ocorrer sua alienação, considerando o valor financeiro líquido da operação, deduzidos os impostos relacionados.

Havia a previsão de conclusão do processo de alienação no decorrer de 2011, apesar das tentativas a empresa não obteve sucesso. Em 2012, a empresa retomará o processo, possibilitando o completo atendimento do “Compromisso de Subscrição de Ações” formalizado pelas empresas envolvidas, inclusive de forma antecipada. A conclusão da operação destinará os recursos necessários e suficientes para que a CEB Distribuição S.A. continue o intenso programa de investimentos iniciado em 2007, permitindo a recuperação e as ampliações necessárias do sistema de distribuição de energia da área de concessão e assegurando o adequado padrão de qualidade da energia fornecida a seus clientes.

(iii) Projeto AGIR

O Projeto AGIR (Ação, Gestão, Integração e Resultado) tem por objetivo realizar um mapeamento de processos e reestruturação organizacional na CEB Distribuição S.A. com prazo de 12 (doze) meses, a contar de junho de 2012. O projeto está envolvendo todos os empregados na melhoria dos processos com a finalidade de melhoria da eficiência na Companhia.

- CEB Geração S.A. – sociedade por ações, autorizada pela Lei Distrital nº 2.648, de 26 de dezembro de 2000, constituída como subsidiária integral, concessionária do serviço público de energia elétrica, atuando na geração de energia elétrica.
- CEB Participações S.A. – CEBPar – sociedade por ações, autorizada pela Lei Distrital nº 1.788 de 27 de novembro de 1997, constituída como subsidiária integral, atuando na compra e venda de participações acionárias ou cotas de outras empresas energéticas, de telecomunicações e de transmissão de dados, majoritária ou minoritariamente.

A sociedade também atua na comercialização da energia elétrica, na proporção de sua cota-parte de 17,5% no Consórcio CEMIG–CEB, produzida pela Usina Hidrelétrica de Queimado, na condição de produtora independente de energia elétrica.

- CEB Lajeado S.A. – sociedade por ações, autorizada pela Lei Distrital nº 2.515 de 31 de dezembro de 1999, controlada pela Companhia Energética de Brasília – CEB, com 59,93% (cinquenta e nove vírgula noventa e três por cento) das ações ordinárias. As Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS, detém 40,07% (quarenta vírgula zero sete por cento) das ações da controlada.

A CEB Lajeado em conjunto com a EDP Lajeado Energia S.A. e Paulista Lajeado Energia S.A. são titulares de ações representativas de 100% do capital votante e 85,31% do capital social da INVESTCO S.A., sociedade por ações constituída para administrar a UHE Luís Eduardo Magalhães, com sede na cidade de Miracema, Estado de Tocantins.

As referidas sociedades, juntamente com a Investco, são parte do consórcio denominado “Consórcio Lajeado” cujo objeto é a exploração compartilhada da concessão de uso de bem público para a exploração do Aproveitamento Hidroelétrico Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado, nos termos do Contrato de Concessão nº 05/97 e respectivos aditivos da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. O prazo de duração do contrato de concessão é de 35 anos contados a partir de 16 de dezembro de 1997.



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de junho de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6

- Companhia Brasileira de Gás – CEBGAS – sociedade de economia mista, autorizada pela Lei Distrital nº 2.518 de 10 de janeiro de 2001, controlada pela Companhia Energética de Brasília – CEB, com 51% (cinquenta e um por cento) das ações ordinárias, e 17% do total das ações.

(i) Informações sobre aspectos relacionados ao pressuposto da continuidade operacional da CEB Gás

A CEB Gás entrou em operação parcial em 08 de novembro de 2007. A operação parcial é realizada através do suprimento de gás natural liquefeito, proveniente da cidade de Paulínia, no Estado de São Paulo, para o Distrito Federal, e a sua distribuição a partir da celebração de contratos de compra e venda com seus distribuidores no Brasil. Para que sua operação seja plena, faz-se necessária a viabilização da construção do gasoduto de transporte de gás natural ligando o gasoduto Brasil – Bolívia ao Distrito Federal.

(b) Controlada em conjunto com outros acionistas

- Energética Corumbá III S.A. – sociedade por ações, constituída em 25 de julho de 2001, concessionária do serviço público de energia elétrica, na condição de produtora independente de energia elétrica. A CEB detém uma participação de 37,5% do capital social, sendo 25,0% das ações ordinárias e 50,0% das ações preferenciais.

(c) Coligada

- Corumbá Concessões S.A. – sociedade por ações, constituída em 06 de dezembro de 2000, concessionária do serviço público de energia elétrica, atuando na geração de energia elétrica, na condição de produtora independente de energia elétrica. O Grupo tem uma participação no capital social da empresa de 39,07%, sendo 36,95% de propriedade da CEB e 2,12% de propriedade da CEBParticipações S.A..

(i) Informações sobre aspectos relacionados ao pressuposto da continuidade operacional da Corumbá Concessões S.A.

A Concessionária atua focada nas metas e ações correspondentes, definidas pelo Conselho de Administração, através dos planos de negócios aprovados, administrando seus recursos de forma otimizada, procurando progressivamente adequar sua estrutura patrimonial e prazos, rentabilizando o empreendimento. Dentre as principais ações tomadas e previstas pela administração buscando esses objetivos, destacam-se:

- ✓ Otimizar os resultados da operação comercial, inclusive atuando sobre ações anteriores no intuito de buscar melhorias operacionais.
- ✓ Buscar parcerias com órgãos regulatórios de forma a vislumbrar alternativas de efficientização energética.
- ✓ Firmar parcerias junto às comunidades vizinhas e órgãos de fiscalização de forma a manter o lago e seu entorno preservado ambientalmente.
- ✓ Aferir otimizando sistematicamente os custos operativos.
- ✓ Rebalancear o capital de giro líquido, reduzindo o passivo circulante progressivamente e os custos de financiamentos, adequando à capacidade de geração de caixa operacional.
- ✓ Investir em processos de governança corporativa (código de ética, manual do fornecedor, processo de compras e contratos, Intranet Corporativa, etc.).



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de junho de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7

- ✓ Buscar aumentos de receitas na geração de energia elétrica.

A Administração entende que o excesso de passivo circulante, no montante de R\$ 48.578 em 30 de junho de 2012 (R\$ 45.940 em 31/12/2011), sobre o ativo circulante são administráveis no que diz respeito à sua liquidação, uma vez que, em sua boa parte, são relacionados aos valores dos empréstimos do BNDES e Banco do Brasil - BB e aos dividendos declarados, ambos previstos no cronograma de caixa da Corumbá Concessões, mantendo inclusive, no que diz respeito ao BNDES/BB, o índice de cobertura do serviço da dívida – ICSD.

- Investco (investida direta da CEB Lajeado S.A.) – Companhia de capital aberto tem como objeto social estudos, planejamentos, projetos, constituição e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, especialmente a exploração dos ativos da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado (UHE Lajeado). O Grupo detém através de sua Controlada CEB Lajeado S.A. uma participação direta no capital social total da Investco S.A de 16,98%. Deste total, 20,0% são representados por ações ordinárias, 20,0% de ações preferenciais classe R, 6,02% de ações preferenciais classe A e 19,99% de ações preferenciais classe B.

1.3 Concessões das operações

A CEB e suas controladas e controladas em conjunto detêm junto à ANEEL e ANP, as seguintes concessões:

Investidas	Localização	Data do Ato	Data de Vencimento
Distribuição			
CEB Distribuição S/A	Brasília – DF	20.06.2005	07.07.2015
Geração			
CEB Participações S/A	Brasília – DF	26.01.2000	18.12.2032
CEB Geração S/A	Brasília – DF	14.09.2005	20.10.2019
Energética Corumbá III	Brasília – DF	07.11.2001	07.11.2036
CEB Lajeado S/A	Brasília – DF	31.12.1999	15.12.2032
Outros			
Companhia Brasileira de Gás S/A - CEBGÁS	Brasília – DF	23.03.2001	09.01.2030

2 APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

2.1 Base de Preparação

As Informações Trimestrais da Companhia foram preparadas para o período findo em 30 de junho de 2012 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), e também de acordo com IFRS e estão de acordo com o IAS - “*International Accounting Standards*” nº 34 e com o pronunciamento técnico emitido pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis nº 21 que tratam das demonstrações intermediárias.

O CPC 21 (IAS 34) requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As Informações Trimestrais foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados ativos e passivos financeiros que são mensurados a valor justo.

Estas Informações Trimestrais não incluem todas as informações e divulgações requeridas nas Demonstrações Financeiras anuais, portanto, devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras referentes ao



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de junho de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8

exercício findo em 31 de dezembro de 2011, arquivadas em 31 de março de 2012, as quais foram preparadas de acordo com o IFRS – “*International Financial Reporting Standards*” e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Não houve mudanças nas práticas contábeis adotadas em 31 de dezembro de 2011.

A autorização para a emissão destas Informações Trimestrais - ITR ocorreu na Reunião da Diretoria realizada em 14.08.2012.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Ao preparar as Informações Trimestrais, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. As estimativas que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos foram divulgadas nas Demonstrações Financeiras anuais da Companhia, acima mencionadas. No período findo em 30 de junho de 2012, não houve mudança relevante nas estimativas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas.

2.2 Consolidação

(a) Participação de acionistas não-controladores

É registrado como transações entre acionistas. Consequentemente nenhum resultado é reconhecido.

(b) Investimentos em controladas e controladas em conjunto

As demonstrações financeiras de controladas e controladas em conjunto (joint venture) são incluídas nas informações trimestrais consolidadas a partir da data em que o controle, controle compartilhado, se inicia até a data em que o controle, controle compartilhado, deixa de existir. As políticas contábeis de controladas e controladas em conjunto estão alinhadas com a política contábil adotada pelo Grupo.

(c) Investimentos em coligada

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle sobre as políticas financeiras e operacionais. A influência significativa supostamente ocorre quando a Companhia, direta ou indiretamente, mantém entre 20% e 50% das ações ou quotas com poder votante da outra entidade.

Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo. Os investimentos da Companhia estão líquidos de quaisquer perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as receitas e despesas e as variações patrimoniais de companhias coligadas, após a realização de ajustes para alinhar as suas políticas contábeis com aquelas do Grupo, a partir da data em que uma influência significativa ou controle conjunto começam a existir até a data em que aquela influência significativa ou controle conjunto cessam. Quando a participação do Grupo nos prejuízos de uma companhia investida cujo patrimônio líquido tenha sido contabilizado exceda a sua participação acionária nessa companhia registrada por equivalência patrimonial, o valor contábil daquela participação acionária, incluindo quaisquer investimentos de longo prazo, é reduzido a zero, e o reconhecimento de perdas adicionais é encerrado, exceto nos casos em que o Grupo tenha obrigações



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de junho de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9

construtivas ou efetuou pagamentos em nome da companhia investida, quando, então, é constituída uma provisão para a perda de investimentos, ou obrigação por passivo a descoberto.

(d) Operações controladas em conjunto

Operações controladas em conjunto são aqueles empreendimentos sobre cujas atividades a Companhia, direta ou indiretamente, controla em conjunto com outro(s) investidor(es), por meio de acordo contratual que exige consentimento unânime para as decisões financeiras e operacionais.

Uma operação controlada em conjunto é uma operação na qual cada empreendedor utiliza seus próprios ativos com o objetivo das operações em conjunto. As demonstrações financeiras consolidadas incluem os ativos que o Grupo controla e os passivos nos quais ele incorre durante o curso das atividades visando a operação conjunta, e as despesas nas quais o Grupo tenha incorrido e sua participação nas receitas que aufera da operação conjunta (Nota 12 (c)).

É registrada a quota-parte dos ativos, passivos e resultados das operações de consórcio na controlada que possui a correspondente participação.

(e) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrado por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na Companhia investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

3 GESTÃO DE RISCO

3.1 Fatores de risco financeiro

A Administração da CEB e de suas controladas têm total responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de seus riscos observando, para tanto, as avaliações técnicas corporativas das empresas do Grupo.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para dar previsibilidade a eventuais riscos, objetivando definir limites e controles apropriados, de forma a propiciar monitoração permanente e aderência aos limites operativos estabelecidos a cada Empresa. A Administração busca, efetivamente, a previsibilidade com vistas ao acompanhamento de operações que porventura possam comprometer a liquidez e rentabilidade do Grupo.

Essa política, lastreada em sistemas de gerenciamento de riscos, trata da revisão periódica dos riscos financeiros associados às captações, de modo a antecipar eventuais mudanças nas condições de mercado e seus reflexos nas atividades do Grupo.

A CEB, por meio de seus atos normativos e de gestão em suas controladas, atua de forma a desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual as empresas ajustam seus padrões de riscos às recomendações da Administração. A CEB somente contrata recursos em moeda nacional, com taxas pré-fixadas, visando à garantia do resultado esperado nas operações e suas correspondentes liquidações. Dessa forma, a Administração entende que os riscos são minimizados e as operações do Grupo não correm riscos adicionais.



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de junho de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10

O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. Todos os instrumentos financeiros são inerentes à atividade operacional do Grupo que não opera com instrumentos financeiros derivativos.

(a) Risco de Crédito

- CEB Distribuição – A CEB-D está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os clientes localizados na sua área de concessão. De acordo com a regulamentação do setor, a concessionária tem o direito de cortar o fornecimento de energia elétrica dos consumidores que não efetuam o pagamento das faturas. Com 75% do consumo de energia baseado nos consumidores residenciais, comerciais e industriais, a concessionária bem como o Grupo apresentam níveis baixos de risco de crédito. Seus maiores devedores continuam sendo os órgãos públicos, responsáveis por cerca de 20% do consumo total. Com relação aos procedimentos de cobrança, a Administração efetua o acompanhamento sistemático e individual junto aos seus clientes, encaminhando ao Serasa as inadimplências persistentes. A Distribuidora possui, ainda, linha de parcelamento a eventuais devedores, objetivando manter liquidez de seus faturamentos.

- Controladas e Coligada e Controlada em conjunto– São empresas que possuem como principal cliente a CEB-D. O principal fator mitigador de risco é a forte regulamentação setorial, uma vez que os custos dessas contratações estão incorporados na Parcela “A” das tarifas da distribuidora, garantindo o efetivo repasse mensal dos fornecimentos realizados.

Além dos aspectos aventados, a Administração entende que a estrutura de controle e contratações adotada para a minimização de riscos de crédito, corroborada pela forte regulação setorial emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, garante à concessionária riscos mínimos de sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos financeiros. Do mesmo modo, a prudência nos investimentos financeiros minimiza os riscos de crédito, uma vez que realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agência de rating. Destaca-se, finalmente, que a distribuidora, utiliza todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo órgão regulador, tais como corte por inadimplência, negativação de débitos e acompanhamento e negociação permanente das posições em aberto.

(b) Risco de liquidez

O Grupo, em especial a CEB-D, tem financiado suas operações com recursos oriundos de suas atividades operacionais, do mercado financeiro e de empresas coligadas. A situação econômica e financeira é constantemente avaliada por meio de informações da área financeira, tratadas em ambiente de executivos da Companhia, denominado COEX – Colegiado de Executivos, que recomenda ações à Administração.

No que concerne ao acompanhamento de caixa, a Administração tem buscado efetividade no gerenciamento orçamentário, com a contratação de recursos de baixo custo financeiro visando ao financiamento de seu CAPEX.

Conforme descrito na Nota Explicativa no. 1, a CEB-D vem apresentando deficiência de capital de giro e acumulando prejuízos nos resultados dos últimos exercícios. Os planos da Administração para manutenção das atividades da concessionária passam, entre outros, na venda de ativos não operacionais, na rentabilidade futura dos investimentos em andamento, na capacidade de obter novas linhas de financiamentos e na renovação da concessão, cujo término do atual contrato ocorrerá em julho de 2015. Assim, as demonstrações financeiras dessa investida foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios da concessionária e não incluem nenhum ajuste relativo à realização e à classificação dos ativos ou quanto aos valores e à classificação



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de junho de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11

dos passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a controlada continuar operando.

O fluxo de pagamentos para os passivos financeiros de todo o Grupo é apresentado como segue:

	Valor	Até 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5
Passivos financeiros não Derivativos (consolidado)						
Fornecedores	149.064	129.686	19.378			
Obrigações Tributárias	232.646	135.376		97.270		
Encargos Regulatórios	215.379		133.117	82.262		
Empréstimos e Financiamentos	409.885	75.995	44.329	88.479	155.193	45.889
Obrigações Societárias	9.448	9.448				
Obrigações Sociais e Trabalhistas	26.117	13.059	13.058			
Benefícios Pós Emprego	241.145	26.579	26.579	106.316	81.671	
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	49.128			49.128		
Demais Obrigações	56.236	36.236		20.000		
Total	1.389.048	426.379	236.461	443.455	236.864	45.889

(c) Risco de taxa de juros

O Grupo possui ativos e passivos remunerados por taxas de expectativas inflacionárias e/ou encargos de juros. Esses ativos e passivos incluem relevantemente os créditos a receber na data-base do balanço e os empréstimos passivos. Vide detalhamento desses encargos nas Notas 5 e 18, respectivamente.

Conseqüentemente, as variações positivas e negativas dos indexadores e juros atreladas a esses ativos e passivos afetam diretamente o resultado do Grupo. Demonstramos a seguir a análise de sensibilidade das variações das taxas:

(c1) Análise de Sensibilidade

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade para os instrumentos financeiros do Grupo que estão sujeitos às oscilações do CDI e TJLP. A taxa estimada de CDI em 31 de dezembro de 2012, da ordem de 9% a.a. de acordo com dados do Relatório Focus do Banco Central. No caso, a TJLP atribuiu-se a taxa de 6%a.a.

Com o cenário apresentado para a CEB – D e a controladas em conjunto Energética Corumbá III, elaborou-se uma análise dos efeitos nos Empréstimos e Financiamentos advindos de uma alta nas taxas de CDI e TJLP em relação a 31 de dezembro de 2011, considerando os cenários possível e remoto, respectivamente. A análise para os demais itens patrimoniais não são relevantes.

Nesses cenários, possível e remoto, as taxas do CDI e TJLP em 31 de dezembro de 2012 seriam de 11,25% e 13,50%, respectivamente. Fica registrado que os empréstimos contratados com taxas pré-fixadas não foram objeto de avaliação.

Em 30 de junho de 2012, através de novas projeções de taxas de juros (boletim Focus) foi realizado novo cálculo para as posições em aberto de empréstimos e financiamentos na data das Informações Intermediárias. O impacto estimado da variação nas taxas de juros no resultado consolidado após as novas projeções para os próximos 12 meses seriam os seguintes:



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de junho de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12

Alta do CDI	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 30/06/2012		
		Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
		8,60%	10,75%	12,90%
	195.698	212.528	216.736	220.943
Efeito da Variação do CDI		(16.830)	(21.038)	(25.245)
Alta do CDI	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 31/12/2011		
		Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
		9,00%	11,25%	13,50%
	227.634	248.121	253.243	258.365
Efeito da Variação do CDI		(20.487)	(25.609)	(30.731)

Alta da TJLP	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 30/06/2012		
		Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
		6,00%	7,50%	9,00%
	143.908	152.542	154.701	156.860
Efeito da Variação da TJLP		(8.634)	(10.793)	(12.952)
Alta da TJLP	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 31/12/2011		
		Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
		6,00%	7,50%	9,00%
	131.946	139.863	146.790	149.759
Efeito da Variação da TJLP		(7.917)	(14.844)	(17.813)

Alta do IGPM	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 30/06/2012		
		Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
		5,37%	6,71%	8,06%
	70.279	74.053	74.996	75.940
Efeito da Variação do IGPM		(3.774)	(4.717)	(5.661)
Alta do IGPM	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 31/12/2011		
		Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
		4,92%	6,15%	7,38%
	64.552	67.728	68.522	69.316
Efeito da Variação do IGPM		(3.176)	(3.970)	(4.764)

Impactos no Resultado	30/06/2012	31/12/2011
Cenário Possível - Cenário Provável		
CDI	4.208	5.122
TJLP	2.159	6.927
IGPM	943	1.887
Cenário Remoto - Cenário Provável		
CDI	8.415	10.244
TJLP	4.317	9.896
IGPM	794	1.588

(d) Risco Cambial

Relativamente à aquisição de energia para revenda, a controlada CEB-D está exposta à oscilação cambial em cerca de 20% do custo total das aquisições, em função da energia oriunda da Itaipu Binacional ter cotação em dólares estadunidenses.



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de junho de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13

A exposição é minimizada pela Compensação Financeira de Variação dos Itens da Parcela "A", mecanismo setorial que compensa variações financeiras ocorridas durante o exercício tarifário que, no caso da Distribuidora, situa-se entre os meses de agosto e julho. Nesse sentido, com a garantia de reposição de eventuais perdas financeiras relacionadas ao evento citado, por força das normas do Órgão Regulador, ANEEL, a concessionária não contrata mecanismos de proteção (hedge) para as variações cambiais. Observa-se que não há identificação de outros itens sujeitos à proteção cambial nas demonstrações financeiras da Companhia.

A CEB-D desenvolveu análise de sensibilidade, conforme determinado pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM por meio da Instrução nº 475, de 17.12.2008, que requer que sejam apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável de risco considerada, o que reproduzimos de forma a clarear o cenário cambial.

Em 31 de dezembro de 2011, a Administração estimou que o valor de um dólar americano em 31 de dezembro de 2012 será de R\$ 1,79 (cenário de um ano). A metodologia utilizada para o cenário provável foi considerar a melhor estimativa para as taxas de câmbio em 31 de dezembro de 2012 com base em fontes externas de taxa de câmbio futuro. Por se tratar de uma análise de sensibilidade o impacto no resultado no exercício de 2012, foram considerados os saldos da dívida em 31 de dezembro de 2011. Ressaltar-se que o comportamento do saldo da dívida respeitará seus respectivos contratos. Assim, foi confeccionada análise dos efeitos na compra de energia de Itaipu, advindos de eventual elevação no câmbio em relação a 31 de dezembro de 2011.

Consideraram-se cenários possíveis e remotos a taxas de câmbio em 31 de dezembro de 2012, da ordem de R\$ 2,2375 e R\$ 2,6850, respectivamente:

Em 30 de junho de 2012, através de novas projeções de taxas de câmbio (boletim Focus) foi realizado novo cálculo para as posições de dívida vinculadas a variação do câmbio em aberto na data das Informações Intermediárias. O impacto estimado no resultado consolidado para os próximos 12 meses seriam os seguintes:

Alta do dólar	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 30/06/2012		
		Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
	2,0904	2,1500	2,6875	3,225
	23.067	23.725	28.834	27.680
Efeito da Variação do Dólar		(658)	(5.767)	(4.613)
Alta do dólar	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 31/12/2011		
		Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
	1,8758	1,7900	2,2375	2,685
	20.691	19.745	24.681	29.617
Efeito da Variação do Dólar		946	(3.990)	(8.926)
Impactos no Resultado			30/06/2012	31/12/2011
Cenário Possível - Cenário Provável				
Dólar			5.109	4.936
Cenário Remoto - Cenário Provável				
Dólar			3.956	9.872

Faz-se imprescindível salientar que a Companhia, suas controladas, controladas em conjunto e coligadas não apresentam riscos nas taxas de juros por contratações de empréstimos e/ou financiamentos em moedas estrangeiras.



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de junho de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14

(e) Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura do Grupo e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações do Grupo.

O objetivo da Administração da Companhia é administrar o risco operacional para todo o Grupo para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e de suas controladas e coligadas, buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam a iniciativa e a criatividade.

3.2 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas precisam aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

O Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim sumariados:

	30/06/2012	31/12/2011
Total dos empréstimos (Nota 18)	409.885	425.483
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	(55.727)	(66.748)
Dívida líquida	354.158	358.735
Total do patrimônio líquido	546.007	518.315
Total do capital	900.165	877.050
Índice de alavancagem financeira - %	39	41

4.3 Estimativa do valor justo

Os instrumentos financeiros ativos e passivos são registrados inicialmente pelo valor justo das transações que lhes deram origem e são atualizados, quando aplicável, com base nos encargos contratuais e ajustados pelas estimativas de perda. A Administração avalia que os valores apurados com base nesses critérios podem ser considerados a melhor estimativa para apuração do valor justo dos instrumentos financeiros detidos pelo Grupo.



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de junho de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15

Apresentamos a seguir os principais instrumentos financeiros ativos e passivos:

	Avaliação	30/06/2012			
		Controladora		Consolidado	
		Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos Financeiros					
Valor Justo por meio do Resultado					
Aplicações Financeiras	Valor Justo	4.659	4.659	31.397	31.397
Mantidos até o Vencimento					
Aplicações Financeiras	Custo Amortizado			10.764	10.764
Empréstimos e Recebíveis					
Caixa e Equivalentes de Caixa	Valor Justo	1.152	1.152	24.330	24.330
Contas a Receber	Custo Amortizado	24.251	24.251	415.863	415.863
Títulos de Crédito a Receber	Custo Amortizado			1.190	1.190
Ativo Financeiro Indenizável	Custo Amortizado			431.608	431.608
Passivos Financeiros					
Outros Passivos Financeiros					
Fornecedores	Custo Amortizado	4.619	4.619	149.064	149.064
Empréstimos e Financiamentos	Custo Amortizado			409.885	409.885
Encargos Regulatórios	Custo Amortizado			215.379	215.379

	Avaliação	31/12/2011			
		Controladora		Consolidado	
		Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos Financeiros					
Valor Justo por meio do Resultado					
Aplicações Financeiras	Valor Justo	3.381	3.381	44.134	44.134
Mantidos até o Vencimento					
Aplicações Financeiras	Custo Amortizado			10.371	10.371
Empréstimos e Recebíveis					
Caixa e Equivalentes de Caixa	Valor Justo	86	86	22.614	22.614
Contas a Receber	Custo Amortizado	27.480	27.480	423.737	423.737
Títulos de Crédito a Receber	Custo Amortizado			1.202	1.202
Ativo Financeiro Indenizável	Custo Amortizado			374.965	374.965
Passivos Financeiros					
Outros Passivos Financeiros					
Fornecedores	Custo Amortizado	7.795	7.795	155.447	155.447
Empréstimos e Financiamentos	Custo Amortizado	1.355	1.355	425.483	425.483
Encargos Regulatórios	Custo Amortizado			214.449	214.449

Hierarquia do valor justo

O CPC 40 / IFRS 7 define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço à um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas à dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de junho de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16

considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (“nonperformance risk”), incluindo o próprio crédito da Companhia e de suas controladas e coligadas, ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de “input” significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

Nível 1 — Os “inputs” são determinados com base nos preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos idênticos na data da mensuração. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas e coligadas devem ter possibilidade de negociar nesse mercado ativo e o preço praticado não pode ser ajustado pelas empresas.

Nível 2 — Os “inputs” são outros que não sejam preços praticados conforme determinado pelo Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os “inputs” do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou “inputs” que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo.

Nível 3 — Os “inputs” inobserváveis são aqueles provenientes de pouca ou nenhuma atividade de mercado. Esses “inputs” representam as melhores estimativas da Administração da Companhia de como os participantes de mercado poderiam atribuir valor/preço esses ativos ou passivos. Geralmente, os ativos e passivos de Nível 3 são mensurados utilizando modelos de precificação, fluxo de caixa descontados, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.

De acordo com o CPC 40 / IFRS 7, o Grupo mensura seus equivalentes de caixa e aplicações financeiras pelo seu valor justo. Os equivalentes de caixa e aplicações financeiras são classificados como Nível 2, pois são mensurados utilizando preços de mercado para instrumentos similares.

As tabelas abaixo demonstram, de forma resumida, nossos ativos financeiros registrados a valor justo em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011.

	Controladora			
	30/06/2012		31/12/2011	
	Caixa e Equivalentes de Caixa	Aplicações Financeiras	Caixa e Equivalentes de Caixa	Aplicações Financeiras
Outros impactos significativos observáveis (Nível 2)	1.152	4.659	86	3.381

	Consolidado			
	30/06/2012		31/12/2011	
	Caixa e Equivalentes de Caixa	Aplicações Financeiras	Caixa e Equivalentes de Caixa	Aplicações Financeiras
Outros impactos significativos observáveis (Nível 2)	24.330	31.397	22.614	44.134

4 CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011
Caixa e Bancos conta Movimento	1.152	86	24.330	22.614
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	4.659	3.381	31.397	44.134
Total	5.811	3.467	55.727	66.748



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de junho de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17

As aplicações financeiras classificadas no circulante correspondem às operações contratadas em instituições financeiras nacionais, a preços e condições de mercado. Todas as operações são de alta liquidez, com recompra diária garantida pela instituição financeira, a uma taxa previamente estabelecida pelas partes, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Bancário – CDI.

5 CONTAS A RECEBER

(a) Composição do contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias			402.999	419.191
Títulos de Créditos a Receber			38.772	56.196
Serviços Prestados a Terceiros	24.251	27.480	31.848	43.542
Total a Receber Bruto	24.251	27.480	473.619	518.929
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa			(58.030)	(95.192)
Total a Receber Líquido	24.251	27.480	415.589	423.737
Circulante	24.251	27.480	321.294	306.169
Não Circulante			94.295	117.568

(b) Valores a receber por idade de vencimento (consolidado)

Classes de Consumidor	Saldos Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total 30.06.2012	Total 31.12.2011
Residencial	29.332	26.432	29.180	84.944	88.328
Poder Público	8.995	2.541	71.193	82.729	72.538
Comércio, Serviços e Outros	18.865	13.200	25.125	57.190	79.937
Iluminação Pública	6.170		26.174	32.344	52.965
Serviço Público	7.256		1.250	8.506	7.645
Industrial	2.735	1.819	2.922	7.476	9.585
Rural	1.352	1.210	4.321	6.883	7.324
Subtotal Consumidores	74.705	45.202	160.165	280.072	318.322
Fornecimento Não Faturado				89.973	89.328
Acréscimo Moratório Conta de Energia				43.166	47.378
Parcelamentos a Faturar CP e LP				26.103	28.843
Serviços Prestado a Terceiros				24.251	27.480
Concessionárias e Permissionárias	4.468	913	1.914	7.295	6.879
Acordo Judicial BrasilTelecom				4.091	-
Serviço Taxado	506	417	566	1.489	1.563
Outros				868	764
Arrecadação a Classificar				(3.689)	(1.628)
TOTAL	79.679	46.532	162.645	473.619	518.929
Prov. Crédito Liquidação Duvidosa				(58.030)	(95.192)
Contas a receber líquido	79.679	46.532	162.645	415.589	423.737



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de junho de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18

(c) Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (consolidado)

A provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos e está constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, incluindo parcelamento de débitos. Engloba os recebíveis faturados e as estimativas dos valores não faturados, até o encerramento do balanço, contabilizados com base no regime de competência.

Segue um resumo das faixas de atraso sujeitas à provisão:

	30/06/2012	31/12/2011
Poder Público - Vencidos há mais de 360 dias	59.275	59.380
Iluminação Pública - Vencidos há mais de 360 dias	26.049	41.522
Comercial - Vencidos há mais de 180 dias	23.866	48.786
Residencial - Vencidos há mais de 90 dias	22.659	33.757
Rural - Vencidos há mais de 360 dias	3.635	4.819
Industrial - Vencidos há mais de 360 dias	2.692	2.727
Concessionários - Vencidos há mais de 360 dias	2.465	2.327
Serviço Público - Vencidos há mais de 360 dias	1.240	1.232
Governo Distrito Federal - Acionista controlador não provisionado	(83.851)	(99.358)
Total	58.030	95.192

Os valores acima representam a provisão para créditos de liquidação duvidosa do consolidado em função de não haver provisão para a controladora. A movimentação está assim apresentada:

Saldo em 31 de dezembro de 2011	95.192
Adições	6.198
Baixas	(3.284)
Reversão PDD Br Telecom	(15.814)
Reversão Lei No. 9.430	(24.262)
Saldo em 31 de junho de 2012	58.030

Do total das reversões no período de seis meses R\$ 15.814 mil referem-se ao Acordo entre a CEB D e a Brasil Telecom firmado em março de 2012, conforme Nota 5(f). Compõe também o valor das reversões o montante de R\$ 24.262 mil, que refere-se à baixa dos títulos considerados incobráveis para perda, conforme Nota 5(g). O restante corresponde às baixas normais do período decorrentes do recebimento de consumidores que estavam provisionados.

(d) Créditos com o Governo do Distrito Federal (consolidado)

Os créditos devidos pelo Governo do Distrito Federal e não provisionados conforme quadro acima são representados pelos valores a receber de entidades e órgãos da administração pública do Distrito Federal vencidos há mais de 360 dias, compostos por fornecimento de energia elétrica, multa, juros e atualização monetária incidentes sobre faturas pagas em atraso no período de 2001 a 2005. A Administração, com base no atual estágio de cobrança e negociação dos referidos valores, principalmente com o seu controlador, o Governo do Distrito Federal, considera não necessária a constituição de provisão para perdas. Os débitos da Companhia de Água e Esgoto de Brasília – CAESB descritos no item (e) Acordo realizado com o Governo do Distrito Federal foram retirados do quadro abaixo. Apresentamos a seguir a composição dos créditos com o acionista controlador:



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de junho de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19

Créditos a receber do GDF vencidos há mais de 360 dias	30/06/2012	31/12/2011
Secretarias de Governo	53.667	52.870
Administrações Regionais	29.075	44.912
Empresas do GDF	979	979
Outras	130	597
Total	83.851	99.358

Em 20 de abril de 2012, a Companhia recebeu do Governo do Distrito Federal o montante de R\$ 20.958 mil, correspondente aos títulos do período de setembro a dezembro de 2010, das faturas de Iluminação Pública.

(e) Acordo realizado com o Governo do Distrito Federal

Em agosto de 2011, a CEB-D celebrou um acordo de parcelamento para liquidação dos débitos da Companhia de Água e Esgoto de Brasília – CAESB relativa encargos por atraso no pagamento de faturas de energia elétrica. O valor do débito reconhecido no referido Acordo de Parcelamento corresponde à quantia de R\$ 28.237, dividido em 48 (quarenta e oito) parcelas mensais fixas, atualizados pelo INPC até a data da renegociação e acrescidas de encargos de 1% ao mês. Apresentamos a seguir, o montante em 30 de junho de 2012:

Valor original do débito	14.800
Encargos Financeiros	7.539
Valor dívida reconhecida	22.339
Encargos a transcorrer	5.898
Valor do parcelamento na data Acordo	28.237
Amortização	(6.471)
Ajuste a Valor Presente	(3.648)
Valor parcelamento em 30/06/2012	18.118
Circulante	11.255
Não Circulante	6.863

O Acordo celebrado com a CAESB não contemplou nenhum tipo de desconto sobre o valor original do contas a receber.

(f) Acordo realizado com a Brasil Telecom “Oi”

Em março de 2012, a Companhia celebrou um Acordo com a Brasil Telecom S/A., correspondente a débitos que estavam ajuizados desde 2003, relativo à utilização pela Brasil Telecom do sistema de distribuição de Energia Elétrica para fixação de equipamentos e cabos de telecomunicações. As empresas divergiam quanto ao valor devido como remuneração pelo uso da infraestrutura da CEB D e em razão disso, os termos do contrato de compartilhamento estavam sendo discutidos no âmbito judicial.

A CEB D também tinha um passivo com a Brasil Telecom S/A., relativo à prestação de serviços de locação de ambiente de informática do Cyber Data Center.

As empresas decidiram por encerrar os processos firmaram o Acordo com o acerto de contas entre elas. A seguir, o montante negociado e o efeito no resultado com esse Acordo:



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de junho de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20

Saldo dos Títulos até 28/02/12	26.338
Passivo contabilizado	6.169
Valor líquido - encontro de contas	20.169
Valor recebido (depósito judicial já liberado)	(4.316)
Valor líquido a receber	15.853
Valor a receber em 26/04/2012	6.178
Valor a receber depósito judicial	3.720
Total a ser recebido	9.898
Perda total no Acordo	5.955

Do total dos débitos de R\$ 26.338 mil, R\$ 21.769 mil estavam provisionados até 28 de fevereiro de 2012, os quais foram estornados e registrada a perda efetiva na operação no valor de R\$ 5.955 mil. Em consequência deste acordo, em 31/03/2012 foi registrado um efeito líquido positivo no resultado de R\$ 15.814 mil.

(g) Perda dedutível

No primeiro semestre de 2012, a CEB D realizou o lançamento de baixa de títulos no montante de R\$ 24.262 mil para perdas dedutíveis, conforme regras estabelecidas na Lei 9.430/96 § 1º inciso II alínea “a”.

6 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSÁVEIS

(a) Resumo dos Tributos e Contribuições Compensáveis

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011
Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar	5.542	5.243	30.322	22.718
Outros Tributos e Contribuições Compensáveis	792	566	18.098	17.479
Total	6.334	5.809	48.420	40.197
Circulante	6.334	5.809	32.981	24.242
Não Circulante			15.439	15.955

(b) Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	2.291	2.040	18.374	13.068
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	622	573	9.102	6.972
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	2.629	2.630	2.846	2.678
Total	5.542	5.243	30.322	22.718
Circulante	5.542	5.243	23.780	16.176
Não Circulante			6.542	6.542



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de junho de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21

(c) Outros Tributos e Contribuições Compensáveis

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS			15.517	16.102
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	71		1.182	134
Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira - CPMF	544	544	544	544
Programa de Integração Social - PIS	170	4	170	10
Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social – COFINS	7	18	10	42
Outros			675	647
Total	792	566	18.098	17.479
Circulante	792	566	9.201	8.066
Não Circulante			8.897	9.413

Os valores relativos a Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se às antecipações feitas no período com as retenções-fonte por órgãos públicos, em razão de a opção de apuração ser Lucro Real Anual. A utilização dos créditos do ICMS é diferida em 48 parcelas mensais, de acordo com a Lei Complementar nº 102/2000.

Os montantes de ICMS pagos na aquisição de bens utilizados na atividade de distribuição de energia da controlada CEB Distribuição S.A são passíveis de ser compensados com os débitos do ICMS sobre faturamento, nos termos e critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

7 DEMAIS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011
Alienação de Bens (a)			-	38.955
Serviços em Curso (b)	456		14.629	5.358
Desativações em Curso (c)			7.350	8.161
Dividendo/JSCP s a Receber	2.185	10.663	7.185	13
Despesas Pagas Antecipadamente		5	6.454	5.679
Crédito com Empregados			4.304	651
Previdência Privada dos Empregados			3.456	2.928
Títulos de Crédito a Receber (d)			1.190	1.202
Coligadas e Controladas	137	66		
Outros Créditos	817	817	4.205	5.039
Total	3.595	11.551	48.773	67.986
Circulante	3.458	11.485	47.122	51.017
Não Circulante	137	66	1.651	16.969

- a) Em 2011, a CEB Distribuição efetuou a venda de 4 (quatro) terrenos de sua propriedade mediante licitação. Um dos terrenos, o de valor mais relevante, foi vendido de forma parcelada em 24 prestações mensais, corrigidas pela variação do índice IGP-M e remuneradas a taxa de juros de 1% (um por cento) ao mês. O custo contábil dos imóveis vendidos soma R\$ 1.895 mil, os valores de venda somam R\$ 57.524 mil, obtendo um ganho na alienação de R\$ 56.029 mil. O saldo a receber foi integralmente liquidado em maio de 2012.

Em fevereiro de 2012 a CEB Distribuição efetuou a venda de mais 1 (um) terreno de sua propriedade mediante licitação. O terreno foi vendido de forma parcelada, com uma entrada de R\$ 3.859 mil e o



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de junho de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22

restante em 3 prestações mensais, corrigidas pela variação do índice IGP-M e remuneradas a taxa de juros de 1% (um por cento) ao mês. O custo contábil do imóvel vendido era de R\$ 1 mil, o valor de venda soma R\$ 12.864 mil, obtendo um ganho na alienação de R\$ 12.863 mil, registrado na rubrica “Outras Receitas Operacionais”.

- b) Os serviços em curso são referentes aos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Programa de Eficiência Energética os quais, após término, são compensados com o respectivo passivo registrado para este fim, conforme legislação regulatória.
- c) Refere-se ao valor das desativações dos bens anteriormente em serviço, cujo valor dos itens, quando desativados, são classificados pelo seu valor residual nesta rubrica. Tais bens são classificados nesta conta até que sua destinação seja definida, conforme os critérios de desativação estabelecidos pelo órgão regulador.
- d) Títulos de Crédito a Receber: refere-se a ações preferências cumulativas e resgatáveis classes “A” e “B” emitidas pela Investco, que são caracterizadas como instrumento financeiro na controlada CEB Lajeado S.A.

8 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Vencimento	Consolidado	
		30/06/2012	31/12/2011
Aplicações Financeiras (a)	2019	9.089	8.758
Fundos Vinculados a Empréstimos e Financiamentos (b)	2023	1.675	1.613
Total		10.764	10.371
Não Circulante		10.764	10.371

- a) A Controlada CEB Participações participa com 4,7% do Fundo de Investimento em Participação – FIP Corumbá, o qual possui as seguintes características, conforme normas constantes no seu regulamento:
 - O fundo de investimento foi constituído sob a forma de condomínio fechado, nos termos da instrução CVM no 391/03, e destinado à aplicação de recursos em ações preferenciais de emissão da companhia Corumbá Concessões S.A.;
 - Seu prazo de duração é de 15 anos, portanto, o resgate se dará a partir de 2019;
 - O objetivo do fundo é obter remuneração por meio da aquisição de ações preferenciais nominativas de classe especiais da Corumbá Concessões S.A., com prioridade na distribuição de dividendos;
 - Não haverá resgate de cotas, a não ser pelo término do prazo de duração ou pela liquidação do fundo; e
 - Possui rentabilidade garantida por meio de contrato com a remuneração de IGPM + juros de 8,5% ao ano e reconhecida pelo regime de competência com a obrigação de recompra das ações por parte da Corumbá IV, a partir de 2019, conforme cláusula contratual.

A Companhia tem interesse em manter o investimento até o seu resgate, que ocorrerá em 2019, e possui capacidade financeira para manter este instrumento financeiro até o vencimento. De acordo com o regulamento do FIP, a responsabilidade da Companhia está limitada as suas cotas.

- b) Refere-se à aplicação em conta de reserva conforme determina o contrato de financiamento junto ao BNDES. A remuneração dessa aplicação é equivalente a aproximadamente 95% da rentabilidade dos títulos públicos federais. O prazo de aplicação é até a liquidação total do financiamento junto ao BNDES (15 de dezembro de 2023).



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de junho de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23

9 DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Estão classificadas neste grupo as penhoras judiciais *on-line* efetuadas pelas instituições financeiras nas contas-correntes da CEB Distribuição S.A, em atendimento ao convênio de cooperação entre o Tribunal Superior do Trabalho e o Banco Central do Brasil e cauções referentes a leilões de energia. Ainda encontram-se registrados os depósitos recursais que são oriundos das demandas judiciais.

10 ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA

Imóveis	Localidade	Tamanho	Controladora		Consolidado	
			30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011
Terreno	Setor Noroeste SAI Norte PR 155/1/DF (a)	284.160 m ²			274.400	274.400
Terreno	Diversas Localidades		2.850	2.850	3.669	3.669
Terreno	QI 10 lotes 25 a 38/DF	10.500 m ²			896	896
Total			2.850	2.850	278.965	278.965

Tais ativos encontram-se registrados pelo menor valor entre o contábil e o valor justo, menos as despesas de venda.

- a) Em 2009, o controlador aumentou o capital da Companhia por meio de um terreno avaliado pelo seu valor justo na data do referido aumento de capital a fim de atender o “Compromisso de Subscrição de Ações” constante da Resolução Autorizativa nº 958, de 12 de junho de 2007. A ANEEL, por meio do Ofício 1.358/2009 – SFF/ANEEL, de 18 de setembro de 2009 ressaltou que a Resolução nº 958/2007 somente teria eficácia após a alienação do imóvel. A Companhia fez duas tentativas de venda do terreno, mediante licitação, em 22 de julho de 2010 e 03 de agosto de 2010 e não houve proponentes, restando deserto os certames. Em 27 de setembro de 2011 a Companhia Energética de Brasília – CEB comunicou ao mercado fato relevante onde demonstra a determinação do Governo do Distrito Federal – GDF em capitalizar a Companhia por meio de contratação de empréstimo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Essa operação poderá envolver a aquisição do terreno sobredito pelo GDF, constante da Nota Explicativa 10 a. Entretanto, a possível aquisição dependerá do desfecho final da operação de empréstimo, cuja carta consulta foi protocolada pelo GDF no dia 05 de janeiro de 2012 e enquadrada pelo BNDES conforme Ofício no. 297/2012-BNDES CEC, de 17 de abril de 2012. O imóvel continua registrado pelo valor que ingressou na Companhia por meio do mencionado aumento de capital que não supera o valor justo, que foi apurado com base em avaliação realizada por empresa especializada.

11 ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL

(a) Contrato de Concessão

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica nº 004/2001 e aditivos posteriores, celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Concessionária - Operador, regulamenta a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela concessionária, em que:



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de junho de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados.
- O contrato estabelece padrões de desempenho para a prestação de serviço público, em relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que recebeu na assinatura desse contrato. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão.
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcela A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da concessionária, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão (IFRIC 12), a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, para refletir a atividade principal da concessionária, abrangendo:

- i. Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.
- ii. Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível da concessionária é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (i) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo de concessão; e (ii) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

A Resolução Normativa ANEEL nº 474, de 07 de fevereiro de 2012, estabeleceu novas taxas de depreciação para os ativos em serviço outorgados no setor elétrico, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2012, determinando alteração na vida útil econômica dos bens integrantes da infraestrutura de distribuição.

Considerando que essa alteração implicou, em média, em um alongamento da vida útil dos referidos bens, houve uma diminuição da amortização do ativo intangível e um aumento da parcela residual da infraestrutura que a Companhia espera receber como indenização ao final do período da Concessão. Como consequência, houve uma redistribuição da infraestrutura que é classificada no ativo intangível e no ativo financeiro, em decorrência da adoção do IFRIC 12/OCPC 5 – Contratos de Concessão.



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de junho de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25

A Companhia realizou os cálculos para determinar a nova estimativa de valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da Concessão e do montante atribuível ao ativo intangível. Considerando os aspectos econômicos, regulatórios e o melhor entendimento técnico-contábil, essa remensuração da infraestrutura resultou, em 30 de junho de 2012, na reclassificação de R\$ 24.344 da rubrica de ativo intangível para o ativo financeiro, sem alterar os demais procedimentos contábeis decorrentes da adoção do IFRIC 12/OCPC 5 – Contratos de Concessão.

A movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável (concessão) até o segundo trimestre de 2012 está assim apresentada:

Saldo em 31 de dezembro de 2011	374.965
Adições	57.545
Baixas	(902)
Reclassificação Resolução ANEEL nº 474/12	24.344
Saldo em 30 de junho de 2012	455.952

12 INVESTIMENTOS

(a) Composição dos Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011
Avaliados por Equivalência Patrimonial	577.201	558.987	305.758	298.258
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	41.231	28.732	3.232	3.232
Outros	1.752	1.748	1.753	9.718
Total	620.184	589.467	310.743	311.208

(b) Investimentos avaliados por equivalência patrimonial

Controladora						30/06/2012	31/12/2011
Investidas	Capital Social Integralizado	Patrimônio Líquido	Participação no Capital Social (%)	Participação nas Ações Ordinárias (%)	Número de Ações Detidas pela CEB	Valor Contábil	Valor Contábil
CEB Distribuição S.A	350.432	267.113	100,00	100,00	350.532.450	267.113	257.306
CEB Geração S.A	7.575	12.862	100,00	100,00	7.575.212	12.862	12.673
CEB Participações S.A	41.271	44.752	100,00	100,00	41.270.415	44.752	44.061
CEB Lajeado S.A	145.656	352.975	59,93	59,93	82.013.911	123.222	115.584
Companhia Brasiliense de Gás S.A	4.271	2.236	17,00	51,00	30.600	380	414
Corumbá Concessões S.A	375.463	211.764	36,95	9,30	256.009.911	78.240	81.164
Energética Corumbá III S.A	121.586	135.018	37,50	25,00	45.594.783	50.632	47.785
Total						577.201	558.987

Consolidado						30/06/2012	31/12/2011
Investidas	Capital Social Integralizados	Patrimônio Líquido	Participação no Capital Social (%)	Participação nas Ações Ordinárias (%)	Número de Ações Detidas pela CEB	Valor Contábil	Valor Contábil
Corumbá Concessões S.A	375.463	213.103	36,95	9,3	256.009.911	82.730	81.164
Investco S.A	804.459	1.114.881	16,98	20	133.563.595	223.028	217.094
Total						305.758	298.258



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de junho de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26

Investidas	30/06/2012			31/12/2011		30/06/2011
	Ativos	Passivos	Receitas	Ativos	Passivos	Receitas
CEB Distribuição S.A	1.513.773	1.246.659	706.163	1.514.027	1.256.721	631.937
CEB Geração S.A	14.165	1.303	7.189	13.985	1.313	6.151
CEB Participações S.A	47.726	2.973	6.895	46.743	2.680	6.113
CEB Lajeado S.A	377.951	24.976	56.378	382.149	40.868	45.985
Companhia Brasiliense de Gás S.A	2.728	492	2.633	2.793	360	3.120
Corumbá Concessões S.A	696.267	484.502	65.100	689.519	469.844	56.835
Energética Corumbá III S.A	225.871	90.852	16.106	225.952	96.945	14.354

• **Resultado dos investimentos avaliados por equivalência patrimonial**

Investidas	Controladora							
	Períodos de três meses findos em				Períodos de seis meses findos em			
	Lucro / (Prejuízo) do Período	Resultado de Equivalência Patrimonial	Lucro / (Prejuízo) do Período	Resultado de Equivalência Patrimonial	Lucro / (Prejuízo) do Período	Resultado de Equivalência Patrimonial	Lucro / (Prejuízo) do Período	Resultado de Equivalência Patrimonial
	30/06/2012	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2011
CEB Distribuição S.A	(5.363)	(5.363)	6	6	9.807	9.807	(14.923)	(14.923)
CEB Geração S.A	1.724	1.724	1.722	1.722	3.472	3.472	3.762	3.762
CEB Participações S.A	2.071	2.071	2.112	2.112	691	691	4.616	4.616
CEB Lajeado S.A	12.696	7.100	6.419	3.986	22.445	12.552	13.471	7.534
Companhia Brasiliense de Gás S.A	(98)	(17)	(78)	(13)	(197)	(34)	(212)	(36)
Corumbá Concessões S.A	(1.339)	(496)	3.131	1.157	(7.910)	(2.924)	(8.745)	(3.232)
Energética Corumbá III S.A	3.833	1.438	2.762	1.034	6.600	2.476	2.998	1.123
Total	13.524	6.457	16.074	10.004	34.908	26.040	967	(1.156)

• **Movimentação dos investimentos avaliados por equivalência patrimonial**

Controladora

Investidas	31/12/2011	Dividendos / Juros sobre Capital Próprio	Resultado de Equivalência Patrimonial	Aumento de Capital	Outros	30/06/2012
CEB Distribuição S.A	257.306		9.807			267.113
CEB Geração S.A	12.673	(3.283)	3.472			12.862
CEB Participações S.A	44.061		691			44.752
CEB Lajeado S.A	115.584	(4.914)	12.552			123.222
Companhia Brasiliense de Gás S.A	414		(34)			380
Corumbá Concessões S.A	81.164		(2.924)			78.240
Energética Corumbá III S.A	47.785		2.476	401	(30)	50.632
Total	558.987	(8.197)	26.040	401	(30)	577.201



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de junho de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

27

Consolidado

Investidas	31/12/2011	Dividendos / Juros sobre Capital Próprio	Transferência do Método de Custo para MEP	Equivalência Patrimonial	30/06/2012
Corumbá Concessões S.A	81.164		7.969	(6.403)	82.730
Investco S.A	217.094	(5.606)		11.540	223.028
Total	298.258	(5.606)	7.969	5.137	305.758

(c) Informações adicionais sobre empresa controlada em conjunto

O Grupo controla de forma conjunta com outros acionistas a empresa Energética Corumbá III S.A. e os montantes dos principais grupos de Ativo, Passivo e Resultado são como segue:

Contas Patrimoniais	30/06/2012	31/12/2011
Caixa e equivalentes de caixa	7.111	4.313
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	2.765	3.732
Outros Créditos	506	84
Fundos Vinculados	4.466	4.303
Imobilizado	210.717	211.244
Intangível	306	294
Total de Ativos	225.871	223.970
Fornecedores	544	146
Tributos e Contribuições Sociais	444	402
Folha de Pagamento	4	5
Empréstimos e Financiamentos	80.228	83.825
Outras Obrigações	637	2.563
Dívidas com pessoas ligadas	8.996	9.603
Patrimônio Líquido	135.018	127.426
Total Passivo + Patrimônio Líquido	225.871	223.970
Contas de Resultado	30/06/2012	30/06/2011
Receita Operacional Líquida	16.106	14.354
Custo com Energia	(663)	(997)
Custos de Operação	(4.231)	(3.884)
Despesas Operacionais	(861)	(2.315)
Despesas Financeiras, Líquidas	(3.182)	(3.707)
Imposto de Renda/Contribuição Social	(569)	(454)
Lucro Líquido do Exercício	6.600	2.997

(d) Operações controladas em conjunto

O Grupo, por meio da controlada CEB Participações S.A., possui operações em conjunto com outros acionistas relativas ao Consórcio UHE Queimado e os montantes dos principais grupos de Ativo e Passivo são contabilizados na proporção de sua participação no consórcio. A seguir, os saldos correspondentes ao consórcio:

Contas Patrimoniais	30/06/2012	31/12/2011
Caixa e equivalentes de caixa	202	1.212
Outros Créditos	4.960	5.886
Imobilizado/Intangível	127.053	129.058
Total de Ativos	132.215	136.156



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de junho de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

28

Contas Patrimoniais	30/06/2012	31/12/2011
Fornecedores	5.321	6.257
Tributos e Contribuições Sociais	479	468
Outras Obrigações	7.554	8.799
Patrimônio Líquido	118.861	120.632
Total Passivo + Patrimônio Líquido	132.215	136.156

(e) Resultado de Equivalência Patrimonial – Consolidado

O valor apresentado nas demonstrações do resultado consolidado refere-se ao registro da equivalência patrimonial calculada sobre o Lucro ou Prejuízo das Coligadas apurado no período. Este valor não é eliminado nas demonstrações consolidadas do grupo.

13 IMOBILIZADO

(a) Movimentação

	Imobilizado em Serviço							Imobilizado em Curso	Total
	Terrenos	Reservatórios, Barragens e Adutoras	Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Móveis e Utensílios	Outros		
Custo do Imobilizado									
Saldo em 31/12/2011	20.967	58.156	20.521	62.978	7.413	5.126	142	69.470	244.773
Adições				2	4.502	875		29.967	35.346
Baixas			(20)	(847)		(3)		(35.623)	(36.493)
Transferências	822	47		44				(913)	
Saldo em 30/06/2012	21.789	58.203	20.501	62.177	11.915	5.998	142	62.901	243.626
(-) Depreciação Acumulada									
Saldo em 31/12/2011		(4.735)	(8.008)	(29.226)	(7.126)	(2.456)	(108)		(51.659)
Depreciação		(596)	(286)	(1.172)	(236)	(321)	(1)		(2.612)
Baixas			6	176	2	23			207
Saldo em 30/06/2012		(5.331)	(8.288)	(30.222)	(7.360)	(2.754)	(109)		(54.064)
Imobilizado Líquido – 30/06/2012	21.789	52.872	12.213	31.955	4.555	3.244	33	62.901	189.562
Imobilizado Líquido – 31/12/2011	20.967	53.421	12.513	33.752	287	2.670	34	69.470	193.114
Taxas Anuais de Depreciação		2,0% a 7,7%	2,0% a 4,0%	3,3% a 6,7%	20%	10%			

(b) Custo atribuído (Deemed Cost)

O Grupo optou pela adoção do custo atribuído (*deemed cost*) ajustando os saldos de abertura na data de transição em 1º de janeiro de 2009 para fins de comparação.

Os valores justos utilizados na adoção do custo atribuído foram estimados por especialistas internos (engenheiros) com experiência e competência profissional, objetividade e conhecimento técnico dos bens avaliados. Para realizarem este trabalho os especialistas internos consideraram informações a respeito da



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de junho de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

29

utilização dos bens avaliados, mudanças tecnológicas ocorridas e em curso e ambiente econômico em que operam, considerando o planejamento e outras peculiaridades dos negócios da Companhia. Como parte da adoção do custo atribuído a administração do Grupo avaliou todas as classes do ativo imobilizado para fins de adoção do custo atribuído em 1º de janeiro de 2009. Adicionalmente, vem sendo realizada a revisão da vida útil estimada e do valor residual.

Os efeitos nos principais grupos de conta decorrentes da adoção do custo atribuído em 1º de janeiro de 2009 foi:

Terrenos	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2008	1.442	1.442
Ajustes por adoção do custo atribuído	295.744	295.744
Saldo em 01 de janeiro de 2009	297.186	297.186
Alienação de Terreno - Exercício de 2009	(11.099)	(11.099)
Saldo em 31 de dezembro de 2010 e 2011 – Valor Bruto	286.087	286.087
Efeito Fiscal (IRPJ/CSLL 34%)	(97.270)	(97.270)
Saldo em 30 de junho de 2012, líquido do efeito fiscal	188.817	188.817

14 INTANGÍVEL

	Consolidado					Total
	Direito de Uso da Concessão		Outros Intangíveis			
	Em Serviço	Em Curso	Em Serviço	Em Curso	Direito de Exploração da Concessão	
Custo do Intangível						
Saldo em 31/12/2011	241.861	127.452	50.342	2.881	158.946	581.482
Adições	10.690	64.840	4	349		75.883
Baixas	(27.649)*	(69.572)		(352)		(75.883)
Obrigações Especiais	2.630	(9.811)				(7.181)
Saldo em 30/06/2012	227.532	112.909	50.346	2.878	158.946	552.611
Amortização Acumulada						
Saldo em 31/12/2011	(119.398)		(38.376)		(35.321)	(193.095)
Amortizações	(17.802)		(1.456)		(2.944)	(22.202)
Saldo em 30/06/2012	(137.200)		(39.832)		(38.265)	(215.297)
Intangível Líquido - 30/06/2012	90.332	112.909	10.514	2.878	120.681	337.314
Intangível Líquido - 31/12/2011	122.463	127.452	11.966	2.881	123.625	388.387

* Inclui a reclassificação no montante de R\$ 24.344 para o Ativo Financeiro Indenizável, após os ajustes decorrentes da aplicação das novas taxas de depreciação dos ativos da concessão, conforme dispõe a Resolução Normativa ANEEL nº 474/12 (Nota Explicativa no. 11).

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização no vencimento da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A Administração entende que a amortização do direito de uso da concessão deve respeitar o retorno esperado de cada bem da infraestrutura, via tarifa. Assim sendo, o intangível é amortizado pelo prazo esperado desse retorno, limitado ao prazo de vencimento da concessão.



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de junho de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

30

O valor contábil de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como ativo financeiro - ativo indenizável (concessão).

Direito de Exploração de Concessão - A Controladora consolida a empresa CEB Lajeado S.A. detentora do direito de exploração de concessão da Usina que integra a operação de geração da Investco S.A.. Esse direito, se trata de uma operação de reestruturação societária da Lajeado que gerou decorrente do Contrato de Venda e Compra de Ações entre a Investco e seus acionistas. Este Instrumento estabelece para a CEB Lajeado o valor de compra de 20% (conforme sua participação ordinária) das ações preferenciais classe "R", nominativas, sem valor nominal, de emissão da Investco, totalizando 46.890.423 ações, por R\$ 213.452, que também representa 20% da dívida da Investco com a Eletrobrás. Esse valor vem sendo amortizado até o ano de 2032, que representa o fim da concessão.

15 FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011
Suprimento de Energia Elétrica			89.527	84.210
Materiais e Serviços	4.619	7.795	44.852	56.016
Encargos de Uso de Rede Elétrica			14.288	14.936
Fornecedores de Gás			397	272
Compra de Energia Elétrica				13
Total	4.619	7.795	149.064	155.447
Circulante	4.619	7.795	149.064	155.447

16 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

(a) Resumo das Obrigações Tributárias

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011
Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (b)	97.346	97.663	116.964	115.818
Outros Tributos (c)	960	1.511	115.682	116.313
Total	98.306	99.174	232.646	232.131
Circulante	729	1.597	133.176	121.542
Não Circulante	97.577	97.577	99.470	110.589

(b) Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	71.538	71.522	85.866	84.879
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	25.808	26.141	31.098	30.939
Total	97.346	97.663	116.964	115.818
Circulante	76	393	17.987	5.710
Não Circulante	97.270	97.270	98.977	110.108

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$ 240 para o imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de junho de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

31

contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A opção de tributação da Companhia e suas controladas CEB Distribuição S.A., CEB Lajeado S.A é o lucro real anual com antecipações mensais.

	Períodos de três meses findos em:							
	Controladora				Consolidado			
	IRPJ		CSLL		IRPJ		CSLL	
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011
Resultado antes dos tributos sobre o Lucro	11.040	9.204	11.040	9.204	15.688	15.397	15.688	15.397
Equivalência Patrimonial - Coligadas					(5.136)	(4.502)	(5.135)	(4.502)
Resultado das Empresas Tributadas pelo Lucro Presumido					(5.776)	(5.279)	(5.874)	(5.279)
Total do Resultado Tributado	11.040	9.204	11.040	9.204	4.777	5.616	4.679	5.616
Ajuste RTT					7.863	(9.856)	7.863	(9.856)
Equivalência Patrimonial	(6.456)	(10.004)	(6.456)	(10.004)				
Adições(exclusões)permanentes	4		4		70.481	(6.413)	70.481	(6.674)
Adições(exclusões)temporárias					(54.530)	13.683	(54.530)	13.683
Total	4.588	(800)	4.588	(800)	28.591	3.030	28.493	2.769
(-)Compensação prejuízo fiscal	(670)		(670)		(1.744)	1.574	(1.744)	1.574
Base de cálculo	3.918	(800)	3.918	(800)	26.847	4.604	26.749	4.343
Alíquota aplicável *	25%	9%	25%	9%	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social corrente	379		141		6.931	1.121	2.504	421
IRPJ/CSLL - Base Negativa não constituído					(589)	222	(212)	72
IRPJ - Lucro Presumido					450	330	209	161
Imposto de renda e contribuição social corrente	379		141		6.792	1.673	2.501	654
Imposto de renda e contribuição social diferido					(7.083)		(2.557)	

(*)Alíquota de 15% e 10% adicional.

	Períodos de seis meses findos em:							
	Controladora				Consolidado			
	IRPJ		CSLL		IRPJ		CSLL	
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011
Resultado antes dos tributos sobre o Lucro	28.266	(3.144)	28.266	(3.144)	44.882	15.434	44.882	15.434
Equivalência Patrimonial - Coligadas					(5.137)	(2.860)	(5.138)	(2.860)
Resultado das Empresas Tributadas pelo Lucro Presumido					(7.468)	(10.294)	(7.468)	(10.294)
Total do Resultado Tributado	28.266	(3.144)	28.266	(3.144)	32.276	2.280	32.276	2.280
Ajuste RTT					10.524	(13.092)	10.524	(13.092)
Equivalência Patrimonial	(26.040)	1.156	(26.040)	1.156				
Adições(exclusões)permanentes	8	3	8	3	80.995	9.513	80.995	9.513
Adições(exclusões)temporárias					(70.531)	33.040	(70.531)	33.040
Total	2.234	(1.985)	2.234	(1.985)	53.264	31.741	53.264	31.741
(-)Compensação prejuízo fiscal	(670)		(670)		(1.207)	(3.432)	(1.207)	(3.432)
Base de cálculo	1.564	(1.985)	1.564	(1.985)	52.057	28.309	52.058	28.309
Alíquota aplicável *	25%	25%	9%	9%	25%	25%	9%	9%
Imposto de renda e contribuição social corrente	379		141		12.939	7.047	4.685	2.578
IRPJ/CSLL - Base Negativa não constituída						509		179
IRPJ - Lucro Presumido					693	681	334	326
Imposto de renda e contribuição social corrente	379		141		13.632	8.238	5.019	3.082
Imposto de renda e contribuição social diferido (a)					(8.263)		(2.983)	

- a) Refere-se à reversão do passivo fiscal diferido, cuja tributação está sendo efetuada na base do imposto corrente em decorrência da quitação (recebimento) de parcelas a receber por terrenos alienados.

Passivo Fiscal Diferido



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de junho de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

32

A Companhia reconheceu passivos fiscais diferidos relativos ao reconhecimento do custo atribuído dos terrenos (Nota 16 (b)). Um dos imóveis avaliados foi capitalizado na controlada CEB Distribuição S.A., como aporte de capital e está registrado como disponível para alienação. Os passivos fiscais diferidos serão realizados somente por oportunidade da venda dos terrenos.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	71.522	71.522	72.770	71.522
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	25.748	25.748	26.207	25.748
Total	97.270	97.270	98.977	97.270
Não Circulante	97.270	97.270	98.977	97.270

(c) Outros Tributos

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS		59	103.646	99.450
Contribuição Social para Financ. da Seguridade Social- COFINS	92	302	6.802	7.116
Retenções IRRF/CSLL/PIS/COFINS	308	447	1.494	2.658
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	59	75	912	1.607
Programa de Integração Social – PIS	20	50	1.477	1.538
Outros	481	578	1.351	3.944
Total	960	1.511	115.682	116.313
Circulante	653	1.204	115.189	115.832
Não Circulante	307	307	493	481

17 ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado	
	30/06/2012	31/12/2011
Superávit de Baixa Renda (a)	87.240	83.367
Contribuição de Iluminação Pública (b)	48.588	58.015
Pesquisa & Desenvolvimento e Eficiência Energética (c)	52.887	46.223
Encargos do Consumidor a Recolher	17.141	19.238
Consumidores	9.523	7.606
Total	215.379	214.449
Circulante	114.456	122.412
Não Circulante	100.923	92.037

(a) Superávit de Baixa Renda

Refere-se ao montante dos valores a serem ressarcidos aos consumidores em decorrência do processo de migração de determinados consumidores residenciais, anteriormente enquadrados na subclasse de baixa renda, para consumidores normais. O ressarcimento deve-se ao fato de as tarifas concedidas à Controlada CEB Distribuição já terem considerado o enquadramento anterior dos consumidores como de baixa renda. A ANEEL deverá estabelecer os procedimentos a serem adotados para o ressarcimento aos consumidores.

A aplicação da tarifa social de baixa renda, que causou impacto significativo nas receitas operacionais das concessionárias, foi instituída pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002. O Decreto nº 4.538, de 23 de dezembro de 2002, e a Lei nº 10.604, de 17 de dezembro de 2002, foram os instrumentos legais instituídos para



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de junho de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

33

regulamentar o processo de subvenção econômica, com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica dos consumidores finais integrantes da subclasse residencial.

(b) Contribuição de Iluminação Pública - CIP

A Contribuição de iluminação pública foi instituída no Distrito Federal pela Lei Complementar nº 673 de 27/12/2002 para custeio dos serviços de iluminação pública prestados aos contribuintes nas vias e logradouros públicos do Distrito Federal.

O custeio do serviço de iluminação pública compreende:

- I – despesas com energia consumida pelos serviços de iluminação pública. e
- II – despesas com administração, operações, manutenção, eficientização e ampliação do sistema de iluminação pública.

A cobrança da CIP é efetuada na fatura de consumo de energia elétrica.

(c) Obrigações de pesquisa e desenvolvimento (P&D) e Eficiência Energética

A Controlada CEB Distribuição, por ser uma distribuidora do segmento de energia elétrica, é obrigada a aplicar 1% de sua receita operacional líquida (ROL) em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. A obrigatoriedade na aplicação desses recursos está prevista em lei e no contrato de concessão, cabendo a ANEEL regulamentar o investimento no programa, acompanhar a execução dos projetos e avaliar seus resultados. O montante de 1% é destinado aos Programas de Eficiência Energética (PEE), Pesquisa e desenvolvimento (P&D), e ainda ser recolhido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e ao Ministério de Minas e Energia (MME). A participação de cada um dos programas está definida pelas leis nº 10.848 e nº 11.465, de 15/03/2004 e 28/03/2007, respectivamente.

A atualização das parcelas referente PEE e P&D é efetuada pela taxa de juros SELIC, de acordo com as Resoluções Normativas ANEEL nº 176, de 28/11/2005, nº 219, de 11/04/2006, nº 300, de 12/02/2008 e nº 316, de 13/05/2008, e Ofício Circular nº 1644/2009-SFF/ANEEL, de 28/12/2009.

Por meio da Resolução Normativa nº 233, de 24/10/2006, com validade a partir de 01/01/2007, a ANEEL estabeleceu novos critérios para cálculo, aplicação e recolhimento dos recursos do PEE. Entre esses novos critérios, foram definidos os itens que compõem a base de cálculo das obrigações, ou seja, a receita operacional líquida e o cronograma de recolhimento ao FNDCT e ao MME.

	30/06/2012	31/12/2011
Programa de Eficiência Energética - PEE	39.831	35.092
Pesquisa e Desenvolvimento - P &D	12.226	10.397
Fundo Nacional Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	558	492
Ministério de Minas e Energia – MME	272	242
Total	52.887	46.223

**Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de junho de 2012**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

34

18 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Entidades	Consolidado		Encargos
	30/06/2012	31/12/2011	
ELETOBRÁS	70.279	64.552	Tx. De Adm + Variação da UFIR/IGPM
Banco do Brasil S/A (FINAME)	7.501	8.001	Juros de 4,5% a.a. de atualização pela TJLP
Banco do Brasil S/A (FCO)	106.322	92.510	Juros de 10% a.a. de atualização pela TJLP e Bônus de Adimplência de 15%.
Caixa Econômica Federal S/A	160.416	178.397	CDI + Juros de 2,16% a.a.
Caixa Econômica Federal S/A	35.282	50.588	129% do CDI Cetip (durante o período de utilização)
BNDES (*)	30.085	31.435	TJLP + 1,72% a.a.
Total	409.885	425.483	
Total do Circulante	119.212	127.599	
Total do Não Circulante	290.673	297.884	

(*) Contrato com cláusulas restritivas sobre a não constituição de penhor ou gravame sobre os direitos creditórios dados em garantia ao credor. Caso ocorra a situação acima, sem anuência do credor, os saldos em aberto terão vencimento antecipado.

O valor contábil dos empréstimos e financiamentos aproximam-se de seu valor justo.

(a) Garantias dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos estão garantidos por cessão de direitos creditórios da controlada CEB Distribuição S.A. O financiamento junto ao BNDES restringe-se a controlada em conjunto Energética Corumbá III tem as seguintes garantias:

- Penhor de Direitos emergentes do Contrato de Concessão para Exploração da Usina, incluindo:
 - i. Direitos supervenientes de crédito decorrentes do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica ("CCVE"), e de quaisquer outros contratos de compra e venda de energia;
 - ii. As garantias constantes do "CCVE";
 - iii. Direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, sejam ou venham a se tornar devidos pelo Poder Concedente à Companhia;
 - iv. Direito de vender a energia elétrica produzida pelo projeto mencionado na Condição Geral nº 5, hipótese de excussão do penhor mencionado na Condição Geral nº 12.1.1; e
 - v. Todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de penhor de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, decorrentes da concessão.
- Penhor das ações de emissão da Companhia.
- Penhor dos Direitos Creditórios de todas as obrigações decorrentes do Contrato, da totalidade dos direitos creditórios da Companhia, especialmente dos provenientes do CCVE celebrado com a CEB Distribuição S.A., em 12 de novembro de 2002 e seus posteriores Aditivos.



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de junho de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

35

Os montantes das dívidas classificadas no não circulante em 30 de junho de 2012 têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

2013	44.711
2014	88.566
2015	72.378
2016	25.515
2017	19.100
2018 em diante	40.403
Total	290.673

19 BENEFÍCIOS PÓS EMPREGO

A Companhia e suas controlada são patrocinadoras da FACEB - Fundação de Previdência dos Empregados da CEB, que tem por objetivo suplementar os benefícios assegurados pela Previdência Social aos empregados da CEB Distribuição S.A. e da FACEB e aos seus dependentes, conforme a seguir:

Planos	Benefícios	Classificação
Plano Complementar de Benefícios Previdenciais	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
Plano de Benefícios CEBPREV	Aposentadoria e pensão	Contribuição definida
Plano Assistencial	Assistência médica	Benefício definido
Plano CEB Saúde	Assistência médica	Contribuição definida

Os montantes registrados no passivo relativos ao plano de Previdência e Assistência são os seguintes:

	30/06/2012	31/12/2011
Plano de Previdência	101.073	108.446
Plano de Assistência	118.393	115.891
Programa de Demissão Voluntária	21.679	28.247
Total	241.145	252.584
Circulante	56.854	53.082
Não Circulante	184.291	199.502

a) Contrato de dívida atuarial

Em 27 de dezembro de 2001, a Companhia Energética de Brasília - CEB, na qualidade de patrocinadora da Fundação de Previdência dos Empregados da CEB - FACEB, assinou contrato de parcelamento de contribuição suplementar para com essa Fundação, oriundo dos compromissos especiais assumidos em 1993. Com a desverticalização ocorrida em janeiro de 2006, a CEB Distribuição assumiu a dívida relativa a esse contrato.

Esses compromissos decorrem das alterações ocorridas quando da implantação do Plano Complementar de Benefícios Previdenciais (aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar em 1992), principalmente de verbas salariais introduzidas nas remunerações dos empregados da Companhia e que passaram desde então a compor os salários de participação da FACEB, tais como: adicionais de periculosidade e penosidade, décimo quarto salário e participação nos lucros. Até aquele ano, as reservas correspondentes às citadas rubricas eram amortizadas pela CEB por meio do pagamento à FACEB de parcelas mensais extraordinárias ou quitação anual por período. Essa contribuição foi denominada “suplementar”, pois é uma contribuição adicional além da contribuição normal, e foi decorrente do custo do serviço passado dos empregados.



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de junho de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

36

As características dessa contratação e que foram incluídas no Regulamento do Plano, conforme descrevemos: encargos financeiros de 6% ao ano; correção monetária igual à variação INPC, capitalizada mensalmente; prazo de amortização de 180 meses sucessivos. Demonstramos, a seguir, o montante atualizado, líquido das amortizações, até 30 de junho de 2012:

	Total	Circulante	Não Circulante
Passivo em 31/12/2011	105.487	25.418	80.069
Amortização até o trimestre	(13.162)	(13.162)	
Atualização até o trimestre	6.385	1.580	4.805
Transferências para o circulante	-	15.052	(15.052)
Passivo em 30/06/2012	98.710	28.888	69.822

A composição do passivo está assim contabilizada:

	30/06/2012	31/12/2011
Contribuições para o plano	2.363	2.959
Contrato de dívida	98.710	105.487
Total	101.073	108.446

b) Programa de desligamento voluntário

Em continuidade ao programa implementado em 2005, a Companhia implementou o Programa de Desligamento Voluntário II que contou com a adesão de 185 empregados que possuem condições de se aposentar no INSS e que completam as condições com a FACEB no decorrer de 2006 a 2015.

Demonstramos, a seguir, a movimentação das verbas indenizatórias do Programa de Desligamento Voluntário II:

	Total	Circulante	Não Circulante
Passivo em 31/12/2011	28.245	13.803	14.442
Amortização até o trimestre	(6.615)	(6.615)	
Atualização até o trimestre	49	49	
Transferências para o circulante	-	4.575	(4.575)
Passivo em 30/06/2012	21.679	11.812	9.867

20 PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E REGULATÓRIOS

A Companhia e suas controladas possuem processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, cível, fiscal e regulatórios em diversas instâncias processuais. A Administração reavalia os riscos de contingências relacionados a esses processos e, baseada na opinião de seus procuradores jurídicos, constitui provisão para as causas cujas chances de um desfecho desfavorável são consideradas prováveis.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011
Regulatórias			31.833	30.425
Trabalhistas			3.626	4.002
Fiscais	7.196	7.196	7.196	7.196
Cíveis			6.473	6.322



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de junho de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

37

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011
Total	7.196	7.196	49.128	47.945
Circulante	7.196	7.196	10.616	11.519
Não Circulante			38.512	36.426

(a) Movimentação das Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios

	Consolidado				
	Trabalhista	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	Total
Saldo em 31/12/2011	4.002	6.322	7.196	30.425	47.945
Constituições de Provisão	531	1.239			1.770
Reversão de Provisão	(1.009)	(1.190)			(2.199)
Atualização Monetária	103	101		1.408	1.612
Saldo em 30/06/2012	3.627	6.472	7.196	31.833	49.128

(i) Demandas Trabalhistas

Ações movidas por empregados e ex-empregados contra a Controlada CEB Distribuição S.A, envolvendo cobrança de horas extras, adicionais de periculosidade, dano moral, responsabilidade subsidiária/solidária de empregados de empresas contratadas para prestação de serviços terceirizados. A atualização das contingências trabalhistas é com base na Taxa Referencial (TR).

(ii) Demandas Cíveis

Ações pleiteando indenização por acidentes com a rede de distribuição de energia elétrica, danos morais, além de discussões quanto à relação de consumo, tais como cobrança e corte indevidos, corte por inadimplência, problemas na rede e questionamentos de valores pagos por consumidores. A atualização das contingências cíveis é com base no INPC.

(iii) Demandas Regulatórias

A Controlada CEB Distribuição S.A está discutindo nas esferas administrativa e judicial autuações do Órgão Regulador sobre eventuais descumprimentos de normas regulatórias. As principais contingências regulatórias envolvem a não conformidade nos processos de fiscalização, tais como: ausência de anuência prévia para dação em garantia em empréstimos contraídos pela Companhia e investimentos em consórcio, extrapolação dos limites de DEC/FEC, falta de investimentos no sistema elétrico de distribuição e referente à fiscalização de procedimentos da atividade comercial. A atualização das provisões regulatórias é com base na taxa Selic.

A Administração da CEB Distribuição S.A., consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

(iv) Demandas Fiscais

As provisões fiscais referem-se a processos da Receita Federal relativos a IRPJ, PIS, COFINS, PER/DCOMP, CSLL. A Companhia emitiu Despacho decisório para a homologação das Declarações de Compensação, sendo também apresentada Manifestação de Inconformidade requerendo que seja reconhecido o direito a compensação dos créditos tributários, na qual foi indeferida pela Receita Federal.



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de junho de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

38

A Administração da Companhia consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

(b) Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios classificadas como Possíveis

A Controlada CEB Distribuição S.A possui processos de natureza trabalhista e cível envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída. O montante desses processos é de R\$ 644 mil em 30 de junho de 2012 (R\$ R\$ 479 mil em 31 de dezembro de 2011).

21 DEMAIS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011
Recursos para Futuro Aumento de Capital (a)	20.000	20.000	20.000	20.000
Parcelamento de Multa ANEEL			11.781	19.170
Consignações a Favor de Terceiros	16	6	5.648	3.840
Arrendamento			4.556	3.574
Adiantamentos de Clientes			4.092	
Retenções Contratuais			3.401	3.625
Cauções e Garantia			754	621
Compensação Financeira Utilização de Recursos Hídricos			728	1.126
Retenção de Quotas RGR			724	724
Encargos Ex - Isolados Lei 12.111/09			689	607
Obrigações com Empresas Ligadas	190	219		
Outras Obrigações			3.863	2.708
Total	20.206	20.225	56.236	55.995
Circulante	206	225	26.837	25.944
Não Circulante	20.000	20.000	29.399	30.051

(a) Refere-se a adiantamento efetuado pelo controlador, Governo do Distrito Federal, que ainda necessita de aprovação no Acordo de Acionistas para que seja incorporado ao capital da Companhia. O valor será incorporado ao capital pelo seu valor histórico.

22 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital Social

O Capital autorizado é de R\$ 368.724, conforme art. 7º do Estatuto da Companhia, e o Capital Social subscrito e integralizado é de R\$ 342.056 (R\$ 342.056 em 31/12/2011). As ações são escriturais e sem valor nominal, sendo que as ações preferenciais de ambas as classes não têm direito a voto.

A composição do Capital Social subscrito e integralizado por classe de ações é a seguinte:



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de junho de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

39

Capital Total em Ações	30/06/2012	31/12/2011
Ações ordinárias	4.576.432	4.576.432
Ações Preferenciais	4.607.026	4.607.026
Classe A	1.313.002	1.313.002
Classe B	3.294.024	3.294.024
Total	9.183.458	9.183.458

Valor Patrimonial por Ação	30/06/2012	31/12/2011
Patrimônio Líquido	546.007	518.315
(-) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	(11.969)	(11.994)
Total	534.038	506.321
Quantidade de Ações	9.183.458	9.183.458
Valor Patrimonial por Ação - Em (R\$)	58,15	55,13

(b) Ajuste de Avaliação Patrimonial

A reserva para ajustes de avaliação patrimonial foi constituída em decorrência dos ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição, no montante de R\$ 195.191, líquido de efeitos tributários.

Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, quando da alienação dos ativos a que elas se referem. Em 2009, houve venda de terrenos e a reserva foi realizada em R\$ 6.374, líquido dos efeitos tributários.

Em dezembro de 2011, foi contabilizado em ajuste de avaliação patrimonial uma perda de capital por diluição de percentual no capital da Controlada em conjunto Energética Corumbá III, o valor desta perda foi de R\$ 847 e foi apurado pelo cálculo da equivilência patrimonial. Em abril de 2012, foi contabilizado nova perda no valor de R\$ 29 em função dos aportes realizados pelos demais acionistas da Controlada não terem ocorrido na mesma proporção que os realizados pela Companhia. O saldo acumulado desta perda em 30 de junho de 2012 é de R\$ 876.

Em 30 de junho de 2012, a composição do saldo da rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial" é o seguinte:

	30/06/2012	31/12/2011
Custo atribuído do Ativo Imobilizado	188.817	188.817
Perda de Capital na Diluição de Percentual	(876)	
Total	187.941	188.817

(c) Resultado do período

O lucro líquido em 30 de junho de 2012 é de R\$ 27.746 e está sendo compensado com os prejuízos acumulados da Companhia conforme demonstrativo abaixo:

	30/06/2012	31/12/2011
Prejuízos Acumulados	(53.305)	(79.495)
Lucro Líquido do Período	27.746	26.190
Saldo de Prejuízos a Compensar	(25.559)	(53.305)

(d) Reservas de lucros

As reservas de lucros são constituídas de acordo com as seguintes práticas:



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de junho de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

40

- **Reserva legal:** destinação de 5% do lucro anual até o limite de 20% do capital social realizado. A destinação é optativa quando a reserva legal, somada às reservas de capital, supera em 30% o capital social. A reserva somente é utilizada para aumento do capital social ou para absorção de prejuízos.
- **Retenção de lucro para investimento:** formada pelos saldos de lucros do exercício, ajustados nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404/1976 e destinados após o pagamento dos dividendos. Os saldos de lucros dos exercícios que contribuem para a formação desta reserva foram integralmente destinados como lucros retidos pelas respectivas assembleias gerais de acionistas, face ao orçamento de investimentos da Companhia e de acordo com o art. 196 da Lei das Sociedades por Ações. Até o encerramento do exercício de 2007 a retenção de lucros para investimentos permanecia na conta de lucros acumulados, em linha com o art. 8º da Instrução CVM nº 59/1986. Com a vigência da Lei nº 11.638/2007, que determina que não deve permanecer saldo na conta de lucros acumulados ao final do exercício, a referida retenção de lucros remanescentes integra esta reserva para investimentos.

As reservas de lucros somente serão absorvidas para redução do prejuízo acumulado após a aprovação em Assembleia de Acionistas.

(f) Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

Os dividendos são calculados ao final do exercício social, de acordo com o estatuto da Companhia e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos mínimos obrigatórios são calculados de acordo com o art. 202 da Lei nº 6.404/1976 e os preferenciais ou prioritários de conformidade com o estabelecido no estatuto da Companhia.

23 INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

O Grupo possui quatro segmentos divulgáveis, conforme descrito abaixo, que são as unidades de negócio estratégicas do Grupo. Para cada uma das unidades de negócios estratégicas, a Administração do Grupo analisa os relatórios internos periodicamente. O seguinte resumo descreve as operações em cada um dos segmentos reportáveis do Grupo:

- **Distribuição e comercialização de energia elétrica:** tem como atribuição distribuir e comercializar energia, sendo responsável por operar e manter a infraestrutura, bem como prestar serviços correlatos. Atua por intermédio da CEB Distribuição S/A;
- **Geração de energia:** tem como atribuição produzir energia elétrica a partir de empreendimentos de fontes hidráulicas. Atua por intermédio das empresas CEB Geração S/A e Energética Corumbá III S/A. Cabe ressaltar que 82% da energia gerada é comercializada dentro do próprio grupo com a CEB Distribuição S/A. ;
- **Comercialização de energia elétrica:** tem como atribuição comercialização energia. Atua por intermédio da CEB Lajeado S.A e CEB Participações S.A.; e
- **Outros:** Neste segmento estão a Companhia Energética de Brasília S.A - CEB Holding – tem como atribuição a prestação de serviços de manutenção do parque de iluminação pública do Distrito Federal e a Companhia Brasileira de Gás S.A que tem como atribuição a exploração do serviço público de distribuição de gás canalizado.

Não identificamos nenhum cliente na Companhia que seja responsável individualmente por mais de 10% da receita líquida total em 30 de junho de 2012.

Informações referentes aos resultados de cada segmento reportável para os períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2012 e de 2011 estão apresentadas abaixo:



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de junho de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

41

	Períodos de três meses findos em											
	Distribuição		Geração		Comercialização		Outros		Eliminações		Consolidado	
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	361.809	322.065	6.945	5.844	33.598	25.093	16.963	7.836	(31.783)	(26.889)	387.532	333.949
Energia Elétrica comprada para Revenda	(198.432)	(161.142)	(40)	(348)		81			31.506	27.798	(166.966)	(133.611)
Encargos de uso da rede elétrica	(33.673)	(29.531)	(288)	85	(3.391)	(2.819)			267		(37.085)	(32.265)
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA	(232.105)	(190.673)	(328)	(263)	(3.391)	(2.738)			31.773	27.798	(204.051)	(165.876)
Pessoal	(42.258)	(34.329)	(325)	(251)	(793)	(364)	(361)	(148)			(43.737)	(35.092)
Entidade de Previdência Privada	(1.731)	(1.241)					(1)				(1.732)	(1.241)
Material	(1.300)	(2.276)	(30)	(1)	(11)	(11)	(21)	(1)			(1.362)	(2.289)
Serviço de Terceiros	(27.571)	(26.235)	(1.468)	(931)	(1.018)	(992)	(11.449)	(6.566)			(41.506)	(34.724)
Depreciação e Amortização	(8.163)	(13.841)	(470)	(410)	(1.645)	(1.480)	(88)	(85)			(10.366)	(15.816)
Provisões	(2.737)	6.174	(14)	(49)	106			2.012			(2.645)	8.137
Custo de Construção	(32.210)	(24.567)									(32.210)	(24.567)
Outras	(8.831)	(3.346)	(495)	(433)	(13.765)	(10.456)	(1.227)	(3.737)	110	(909)	(24.208)	(18.881)
DESPESAS E CUSTOS OPERACIONAIS	(124.801)	(99.661)	(2.802)	(2.075)	(17.126)	(13.303)	(13.147)	(8.525)	110	(909)	(157.766)	(124.473)
Equivalência Patrimonial					5.631	3.344	6.456	10.004	(6.951)	(8.846)	5.136	4.502
RESULTADO BRUTO	4.903	31.731	3.815	3.506	18.712	12.396	10.272	9.315	(6.851)	(8.846)	30.851	48.102
Receita Financeira	6.237	6.727	204	263	824	1.581	900	94	322		8.487	8.665
Despesa Financeira	(22.387)	(39.718)	(673)	(756)	(35)	(612)	(231)	(284)	(322)		(23.648)	(41.370)
RESULTADO FINANCEIRO	(16.150)	(32.991)	(469)	(493)	789	969	669	(190)			(15.161)	(32.705)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	(11.247)	(1.260)	3.346	3.013	19.501	13.365	10.941	9.125	(6.851)	(8.846)	15.690	15.397
Imposto de Renda e Contribuição Social	(3.755)	1.266	(283)	(256)	(4.735)	(3.337)	(520)				(9.293)	(2.327)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9.639										9.639	-
RESULTADO LÍQUIDO	(5.363)	6	3.063	2.757	14.766	10.028	10.421	9.125	(6.851)	(8.846)	16.036	13.070
Partes Beneficiárias						(792)					-	(792)
Atribuível aos Acionistas não Controladores									(5.516)	(3.074)	(5.516)	(3.074)
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	(5.363)	6	3.063	2.757	14.766	9.236	10.421	9.125	(12.367)	(11.920)	10.520	9.204
INFORMAÇÕES ADICIONAIS												
Receitas de Operacional Líquida	361.809	322.065	6.945	5.844	33.598	25.093	16.963	7.836			419.315	360.838
Receita entre Segmentos	(578)		(3.036)	(2.748)	(28.469)	(24.141)					(32.083)	(26.889)
Receitas com Clientes Externos	361.231	322.065	3.909	3.096	5.129	952	16.963	7.836			387.232	333.949

	Períodos de seis meses findos em:											
	Distribuição		Geração		Comercialização		Outros		Eliminações		Consolidado	
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	706.163	631.937	13.098	11.534	63.272	52.098	26.471	13.109	(61.860)	(54.099)	747.144	654.579
Energia Elétrica comprada para Revenda	(388.896)	(317.473)	(60)	(594)		(171)			61.283	54.099	(327.673)	(264.139)
Encargos de uso da rede elétrica	(67.095)	(60.988)	(578)	(175)	(6.788)	(5.577)			557		(73.904)	(66.740)
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA	(455.991)	(378.461)	(638)	(769)	(6.788)	(5.748)			61.840	54.099	(401.577)	(330.879)
Pessoal	(78.642)	(65.842)	(608)	(462)	(1.507)	(631)	(674)	(344)			(81.431)	(67.279)
Entidade de Previdência Privada	(3.239)	(2.560)					(2)				(3.241)	(2.560)
Material	(2.743)	(4.183)	(51)	(7)	(13)	(15)	(37)	(3)			(2.844)	(4.208)
Serviço de Terceiros	(54.316)	(51.854)	(2.573)	(1.624)	(1.857)	(1.642)	(21.451)	(12.866)			(80.197)	(67.986)
Depreciação e Amortização	(17.699)	(27.716)	(937)	(827)	(3.303)	(2.961)	(169)	(169)			(22.108)	(31.673)
Provisões	(4.460)	(5.200)	(32)	(49)	(109)		(40)	2.012			(4.641)	(3.237)
Custo de Construção	(63.442)	(47.662)									(63.442)	(47.662)
Outras	10.108	(6.669)	(861)	(1.444)	(28.389)	(23.086)	(2.551)	(3.304)	20		(21.673)	(34.503)
DESPESAS E CUSTOS OPERACIONAIS	(214.433)	(211.686)	(5.062)	(4.413)	(35.178)	(28.335)	(24.924)	(14.674)	20		(279.577)	(259.108)



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de junho de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

42

	Períodos de seis meses findos em:											
	Distribuição		Geração		Comercialização		Outros		Eliminações		Consolidado	
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011
Equivalência Patrimonial					8.060	6.091	26.040	(1.156)	(28.962)	(2.075)	5.138	2.860
RESULTADO BRUTO	35.739	41.790	7.398	6.352	29.366	24.106	27.587	(2.721)	(28.962)	(2.075)	71.128	67.452
Receita Financeira	16.187	14.565	453	568	1.785	2.660	943	116	(9)		19.359	17.909
Despesa Financeira	(43.376)	(67.035)	(1.368)	(1.528)	(409)	(612)	(461)	(752)	9		(45.605)	(69.927)
RESULTADO FINANCEIRO	(27.189)	(52.470)	(915)	(960)	1.376	2.048	482	(636)			(26.246)	(52.018)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	8.550	(10.680)	6.483	5.392	30.742	26.154	28.069	(3.357)	(28.962)	(2.075)	44.882	15.434
Imposto de Renda e Contribuição Social	(9.989)	(4.243)	(535)	(507)	(7.607)	(6.570)	(520)				(18.651)	(11.320)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	11.246										11.246	
RESULTADO LÍQUIDO	9.807	(14.923)	5.948	4.885	23.135	19.584	27.549	(3.357)	(28.962)	(2.075)	37.477	4.114
Partes Beneficiárias						(1.497)						(1.497)
Atribuível aos Acionistas não Controladores									(9.731)	(5.761)	(9.731)	(5.761)
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	9.807	(14.923)	5.948	4.885	23.135	18.087	27.549	(3.357)	(38.693)	(7.836)	27.746	(3.144)
INFORMAÇÕES ADICIONAIS												
Receitas de Operacional Líquida	706.163	631.937	13.098	11.534	63.272	52.098	26.471	13.109			809.004	708.678
Receita entre Segmentos	(578)		(5.952)	(5.449)	(55.330)	(48.650)					(61.860)	(54.099)
Receitas com Clientes Externos	705.585	631.937	7.146	6.085	7.942	3.448	26.471	13.109			747.144	654.579
INFORMAÇÕES PATRIMONIAIS												
Ativos	1.514.047	1.460.750	98.867	104.530	425.677	419.908	679.101	608.786	(550.751)	(494.266)	2.166.941	2.099.708

24 DESDOBRAMENTO DAS CONTAS DO RESULTADO

(a) Receita Operacional Líquida

	Períodos de três meses findos em			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011
Fornecimento de Energia Elétrica	-		520.786	454.146
Receita de Construção	-		32.210	24.567
Receita de Prestação de Serviços	17.693	6.960	18.865	12.901
Disponibilidade do Sistema de Distribuição	-		9.130	8.363
Arrendamento e Aluguéis	-		7.526	5.480
Energia de Curto Prazo	-		4.997	3.644
Outras Receitas Operacionais	-		(180)	1.399
Receita Operacional Bruta	17.693	6.960	593.334	510.500
Impostos	(354)	(139)	(103.533)	(92.332)
Contribuições	(1.696)	(644)	(54.397)	(47.842)
Encargos do Consumidor	-		(47.872)	(37.286)
Deduções da Receita Operacional Bruta	(2.050)	(783)	(205.802)	(177.460)
Receita Operacional Líquida	15.643	6.177	387.532	333.040



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de junho de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

43

	Períodos de seis meses findos em			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011
Fornecimento de Energia Elétrica			1.001.405	900.987
Receita de Construção			63.442	47.662
Receita de Prestação de Serviços	26.928	11.257	29.392	14.265
Disponibilidade do Sistema de Distribuição			18.131	15.480
Energia de Curto Prazo			14.991	9.509
Arrendamento e Aluguéis			10.073	9.498
Outras Receitas Operacionais			8.366	4.124
Receita Operacional Bruta	26.928	11.257	1.145.800	1.001.525
Impostos	(539)	(227)	(198.882)	(181.043)
Contribuições	(2.552)	(1.041)	(104.486)	(92.393)
Encargos do Consumidor			(95.288)	(74.419)
Deduções da Receita Operacional Bruta	(3.091)	(1.268)	(398.656)	(347.855)
Receita Operacional Líquida	23.837	9.989	747.144	653.670

(b) Custo com Serviço de Energia Elétrica

	Consolidado			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de seis meses findos em	
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011
Energia elétrica comprada para revenda	(140.061)	(132.358)	(292.804)	(260.319)
Encargos de uso da rede elétrica	(37.086)	(32.265)	(73.905)	(66.740)
Energia elétrica comprada para revenda - Curto Prazo	(26.904)	(1.253)	(34.869)	(3.820)
Total	(204.051)	(165.876)	(401.578)	(330.879)

(c) Custos e Despesas Operacionais por Natureza

	Períodos de três meses findos em			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011
Pessoal e Administradores	(300)	(148)	(43.735)	(35.092)
Serviço de Terceiros	(11.364)	(6.566)	(41.505)	(34.714)
Custo de Construção - concessão			(32.210)	(24.567)
Arrendamento			(13.024)	(9.730)
Depreciação e Amortização	(15)	(16)	(10.368)	(15.816)
(Provisão)/ Reversão para Devedores Duvidosos			(4.806)	(9.822)
Entidade de Previdência Privada			(1.732)	(1.241)
Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos			(1.387)	(1.779)
Material	(20)	(1)	(1.361)	(2.289)
Taxa de Fiscalização de Serviço Energia Elétrica			(798)	(650)
Propaganda e Publicidade			(115)	(6)
Outras Despesas	(20)	(18)	(3.911)	(3.777)
Total	(11.719)	(6.749)	(154.952)	(139.483)
Classificados como:				
Custo da Operação			(79.778)	(80.437)
Custo dos Serviços Prestados	(9.616)	(5.581)	(10.798)	(5.581)
Despesas com Vendas			(18.624)	(25.199)



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de junho de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

44

	Períodos de três meses findos em			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011
Despesas Gerais e Administrativas	(2.103)	(1.168)	(45.752)	(28.266)

	Períodos de seis meses findos em			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011
Pessoal e Administradores	(568)	(344)	(81.431)	(67.279)
Serviço de Terceiros	(21.295)	(12.866)	(80.197)	(67.976)
Custo de Construção - concessão			(63.442)	(47.662)
Arrendamento			(25.427)	(19.460)
Depreciação e Amortização	(30)	(32)	(22.109)	(31.673)
Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos			(3.702)	(3.514)
Entidade de Previdência Privada			(3.241)	(2.560)
Material	(36)	(3)	(2.844)	(4.208)
Taxa de Fiscalização de Serviço Energia Elétrica			(1.625)	(1.383)
Propaganda e Publicidade			(339)	(10)
(Provisão)/ Reversão para Devedores Duvidosos			6.946	(13.273)
Outras Despesas	(103)	(108)	(9.778)	(8.697)
Total	(22.032)	(13.353)	(287.189)	(267.695)
Classificados como:				
Custo da Operação			(161.912)	(159.514)
Custo dos Serviços Prestados	(17.885)	(10.326)	(20.272)	(10.326)
Despesas com Vendas			(21.038)	(42.084)
Despesas Gerais e Administrativas	(4.147)	(3.027)	(83.967)	(55.771)

(d) Outras Receitas (Despesas) Operacionais

	Períodos de três meses findos em			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011
Outras Receitas Operacionais				
Ganho na Baixa de Bens			1.304	
Reversão de Provisão de Benefícios Pós Emprego			7.489	5.267
Reversão de Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios			102	19.496
Outras Receitas			22	11
Total			8.917	24.774
Outras Despesas Operacionais				
Provisão de Benefícios Pós Emprego			(7.730)	(6.753)
Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios			(2.269)	(2.064)
Multas ANEEL			(1.493)	(14.645)
Outras Despesas		(40)	(237)	(38)
Total		(40)	(11.729)	(23.500)



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de junho de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

45

	Períodos de seis meses findos em			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011
Outras Receitas Operacionais				
Ganho na Baixa de Bens			14.279	
Reversão de Provisão de Benefícios Pós Emprego			12.958	9.930
Reversão de Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios		2.052	2.199	22.425
Outras Receitas			21	11
Total		2.052	29.457	32.366
Outras Despesas Operacionais				
Provisão de Benefícios Pós Emprego			(15.460)	(13.508)
Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios			(3.381)	(8.772)
Multas ANEEL			(2.045)	(14.645)
Outras Despesas	(40)	(40)	(958)	(590)
Total	(40)	(40)	(21.844)	(37.515)

(e) Resultado Financeiro

	Períodos de três meses findos em			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011
Receitas Financeiras				
Juros / Variações Monetárias sobre Ativos	(32)		3.074	2.050
Acréscimos Moratórios em Conta de Energia			2.968	1.094
Rendimentos de Aplicações Financeiras	131	61	1.264	1.608
Multas e Penalidades Aplicadas			439	327
Variação Cambial sobre Fatura de Energia Elétrica			(322)	655
Receita de Dividendos	682		682	
Outas Receitas Financeiras	109	35	57	2.931
Total	890	96	8.162	8.665
Despesas Financeiras				
Encargos de Dívidas		(283)	(9.132)	(7.124)
Juros / Variações Monetárias sobre Passivos	(51)		(4.605)	(12.889)
Compensação por Descontinuidade de Energia			(5.419)	(1.457)
Atualização de Benefício pós-emprego			(1.485)	(3.512)
Variação Cambial sobre Fatura de Energia Elétrica			(1.740)	
Outras Despesas Financeiras	(180)	(1)	(944)	(1.743)
Total	(231)	(284)	(23.325)	(26.725)
Resultado Financeiro	659	(188)	(15.163)	(18.060)

	Períodos de seis meses findos em			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011
Receitas Financeiras				
Juros / Variações Monetárias sobre Ativos			8.934	4.106
Acréscimos Moratórios em Conta de Energia			5.972	3.260
Rendimentos de Aplicações Financeiras	131	81	2.186	3.014
Multas e Penalidades Aplicadas			1.154	1.498



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de junho de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

46

	Períodos de seis meses findos em			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011
Varição Cambial sobre Fatura de Energia Elétrica				931
Receita de Dividendos	682		937	
Outas Receitas Financeiras	109	35	175	5.100
Total	922	116	19.358	17.909
Despesas Financeiras				
Encargos de Dívidas	(9)	(722)	(19.787)	(29.401)
Juros / Variações Monetárias sobre Passivos	(236)		(11.034)	(15.376)
Compensação por Descontinuidade de Energia			(7.535)	(3.334)
Atualização de Benefício pós-emprego			(3.536)	(4.488)
Varição Cambial sobre Fatura de Energia Elétrica			(1.740)	
Outras Despesas Financeiras	(216)	(30)	(1.972)	(2.683)
Total	(461)	(752)	(45.604)	(55.282)
Resultado Financeiro	461	(636)	(26.246)	(37.373)

25 LUCRO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO

Os acionistas ordinários e preferenciais possuem direitos diferentes em relação a dividendos, direito a voto e em caso de liquidação, conforme determina o estatuto social da Companhia. Desta forma, o lucro por ação básico e diluído, foi calculado com base no lucro do exercício disponível para os acionistas ordinários e preferenciais.

Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício.

Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. A Companhia não possui categoria de ações potenciais diluídas.

A seguir, são apresentados os cálculos do lucro por ação básico e diluído:

	Períodos de três meses findos em:		Períodos de seis meses findos em:	
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011
Lucro Líquido (Prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	10.520	9.204	27.746	(3.144)
Lucro alocado às ações ordinárias – básicas e diluídas	5.242	4.586	13.826	(1.567)
Lucro alocado às ações preferenciais – básicas e diluídas	5.278	4.618	13.920	(1.577)
Média ponderada das ações em circulação				
Ações ordinárias – básicas	4.576	4.576	4.576	4.576
Ações ordinárias – diluídas	4.576	4.576	4.576	4.576
Ações preferenciais – básicas	4.607	4.607	4.607	4.607



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de junho de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

47

	Períodos de três meses findos em:		Períodos de seis meses findos em:	
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011
Ações preferenciais – diluídas	4.607	4.607	4.607	4.607
Lucro por ação:				
Ações ordinárias – básicas	1,1456	1,0023	3,0215	(0,3424)
Ações ordinárias – diluídas	1,1456	1,0023	3,0215	(0,3424)
Ações preferenciais - básicas	1,1456	1,0023	3,0215	(0,3424)
Ações preferenciais - diluídas	1,1456	1,0023	3,0215	(0,3424)

26 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

(a) Controladora final

A Companhia é controlada pelo Governo do Distrito Federal (GDF).

(b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

O Grupo não possui transações de empréstimos ou outras transações com diretores/conselheiros ou familiares imediatos.

As remunerações dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia e de suas controladas, que incluem os membros do conselho de administração e diretores estatutários, estão apresentadas a seguir:

	Períodos de três meses findos em			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011
Remuneração	125	88	545	406
Demais Benefícios de Curto Prazo	58	33	185	279
Total	183	122	730	685

	Períodos de seis meses findos em			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011
Remuneração	240	192	1.079	915
Demais Benefícios de Curto Prazo	124	67	376	393
Total	364	259	1.455	1.308

A Companhia não concede benefícios pós-emprego aos administradores e conselheiros.

(c) Transações com partes relacionadas

Os saldos e as transações com partes relacionadas da Companhia estão demonstrados conforme a seguir.

Transações com Partes Relacionadas (Balanço Patrimonial)	Condições de Realização das Transações	Controlada		Consolidado	
		30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011
Ativo		26.573	38.196	117.018	172.369
Contas a Receber		24.251	27.480	109.241	172.233



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de junho de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

48

Transações com Partes Relacionadas (Balanço Patrimonial)	Condições de Realização das Transações	Controlada		Consolidado	
		30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011
Corumbá Concessões S/A	a			292	291
Governo do Distrito Federal	b	24.251	27.480	108.949	171.942
Demais Ativos		2.322	10.716	7.777	136
Dividendos/JSCP	c	2.185	10.650	7.185	
CEB Geração S/A			277		
CEB Lajeado S/A		2.185	9.583		
Energética Corumbá III S/A			790		
Investco S/A				7.185	
Outras Operações		137	66	592	136
CEB Distribuição S/A	d	137	66		
Governo do Distrito Federal	e			592	136
Passivo		844	2.107	67.378	75.684
Fornecedores				63.007	71.313
Corumbá Concessões S/A	f			10.045	13.299
Governo do Distrito Federal	g			52.962	58.014
Dividendos				4.371	4.371
Governo do Distrito Federal	h			4.371	4.371
Empréstimos			1.355		
CEB Lajeado S/A			1.355		
Demais Obrigações		844	752		
CEB Distribuição S/A	i	654	544		
CEB Distribuição S/A	j	190	208		

Transações com Partes Relacionadas (Resultado)	Condições de Realização das Transações	Períodos de três meses findos em			
		Controlada		Consolidado	
		30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011
Receitas		17.693	6.960	10.106	6.960
Receita de Comerc. de Energia				871	
Corumbá Concessões S/A	k			871	
Receita de Prestação de Serviços		17.693	6.960	17.693	6.960
Governo do Distrito Federal	l	17.693	6.960	17.693	6.960
Despesas		11	448	29.530	
Energia Comprada para Revenda				30.471	
Corumbá Concessões S/A				30.471	
Despesas Financeiras			283		
Juros de empréstimos	m		283		
Outras Despesas		11	6		
Despesa de Locação de Imóvel	n	11	6		



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de junho de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

49

Transações com Partes Relacionadas (Resultado)	Condições de Realização das Transações	Períodos de seis meses findos em			
		Controlada		Consolidado	
		30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011
Receitas		26.928	4.297	10.106	4.297
Receita de Comerc. de Energia				1.742	
Corumbá Concessões S/A	k			1.742	
Receita de Prestação de Serviços		26.928	11.257	26.928	11.257
Governo do Distrito Federal	l	26.928	11.257	26.928	11.257
Despesas		18	448	29.530	
Energia Comprada para Revenda				60.001	
Corumbá Concessões S/A				60.001	
Despesas Financeiras		9	722		
Juros de empréstimos	m	9	722		
Outras Despesas		20	15		
Despesa de Locação de Imóvel	n	20	15		

As operações de partes relacionadas são praticadas conforme as condições resumidas abaixo:

(i) Operações da Controladora com suas controladas

c) Representa valores a receber de dividendos declarados e Juros sobre o Capital Próprio sobre o resultado das controladas.

d) Representa valores de repasse de faturas de órgãos públicos que foram créditos em conta corrente da CEB Distribuidora.

i) A CEB Distribuição S.A. possui empregados cedidos a Companhia Energética de Brasília – CEB, que efetua mensalmente o ressarcimento do custo efetivo dos salários e dos benefícios dos empregados cedidos à CEB Distribuição S.A. A cessão é por tempo indeterminado e não há cobrança de taxas adicionais

j) Refere-se a valores a pagar de depósito de faturas de órgãos públicos realizado na conta corrente da Companhia Energética de Brasília – CEB e que é repassado através de encontro de contas a CEB Distribuição S.A.

m) Valor de encargos financeiros sobre repasse de empréstimo realizado pela controlada CEB Lajeado a CEB.

n) Trata-se de contrato de aluguel de salas utilizadas pela Companhia Energética de Brasília – CEB, reajustado anualmente pelo IGP-M. Os valores são acordados entre as partes e o contrato e as renovações têm a anuência do órgão regulador.

(ii) Operações da Controladora e seus acionistas controladores e coligadas

a) A empresa Corumbá Concessões S.A é acessante do sistema de distribuição de energia elétrica da CEB Distribuição S.A e paga pelo uso do sistema através de tarifas regulamentadas pelo órgão regulador.

b) Trata-se do fornecimento de energia elétrica (CEB Distribuição S.A) e serviços de iluminação pública e manutenção (Companhia Energética de Brasília – CEB) prestado ao GDF. Pelo fornecimento de energia elétrica é cobrada a tarifa homologada pelo órgão regulador para a classe Poder Público. Em 2011 a CEB Distribuição S/A firmou contrato de parcelamento de dívidas com a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito



Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de junho de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

50

Federal – CAESB no montante de R\$ 20.478 para pagamento em 48 parcelas fixas, atualizados pelo INPC até a data da renegociação e acrescidas de encargos de 1% ao mês. Pelo serviço de iluminação pública os valores são acordados entre as partes mediante contrato de prestação de serviços.

e) A CEB Distribuição S.A. possui empregados cedidos a órgãos do Governo do Distrito Federal. Os órgãos beneficiários efetuam mensalmente o ressarcimento do custo efetivo dos salários e dos benefícios dos empregados cedidos à CEB Distribuição S.A.. A cessão é por tempo indeterminado e não há cobrança de taxas adicionais.

f) A CEB Distribuição S.A. tem contratos bilaterais de Suprimento de Energia com a empresa Corumbá Concessões S.A, com prazo de vigência até 07/07/2015. As tarifas são homologadas e revisadas pelo órgão regulador para cada empresa/contrato.

g) A Contribuição de Iluminação Pública - CIP foi instituída no Distrito Federal pela Lei Complementar nº 673 de 27 de dezembro de 2002 para o custeio dos serviços de iluminação pública prestados aos contribuintes nas vias e nos logradouros públicos do Distrito Federal. A arrecadação da CIP é efetuada pela CEB Distribuição S.A na fatura de consumo de energia elétrica dos consumidores e repassada mensalmente ao GDF.

h) Trata-se de dividendos a pagar ao acionista controlador.

k) A empresa Corumbá Concessões S/A é acessante do sistema de distribuição de energia elétrica da CEB Distribuição S.A e paga pelo uso do sistema através de tarifas regulamentadas pelo órgão regulador.

l) Representa a receita do serviço de iluminação pública e manutenção prestada ao GDF.

m) Refere-se a receita auferida pela CEB Distribuição S.A pelo serviço de suprimento de energia a empresa Corumbá Concessões S.A..

27 COBERTURA DE SEGUROS (não auditado)

Os bens móveis e imóveis compostos por equipamentos, máquinas, ferramentas, móveis e utensílios e demais instalações relacionadas à UPA – Usina Hidrelétrica do Paranoá e aos prédios administrativos, operacionais, laboratórios e subestações de distribuição – componentes do Ativo Imobilizado da CEB Geração S.A. e da CEB Distribuição S.A., conforme os critérios de riscos constantes de relatório técnico – estão cobertos, até 30 de dezembro de 2012 (CEB Distribuição S.A) e até 31 de Janeiro de 2013 (CEB Geração S.A), por contrato de seguro para riscos nomeados contra incêndio, raio, explosão e danos elétricos, cujo custo do prêmio foi de R\$ 1.007 com um total segurado de R\$ 369.370. Os bens das Usinas Luís Eduardo Magalhães, Queimado, Corumbá III e Corumbá IV também estão devidamente segurados.

O Grupo adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das informações trimestrais, conseqüentemente não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

28 EVENTOS SUBSEQUENTES

a) No dia 23 de julho de 2012 a CEB publicou Fato Relevante no qual comunica ao mercado o aporte de capital no valor de R\$ 32.000 realizado pelo acionista Controlador – Governo de Distrito Federal, conforme

**Notas explicativas às informações trimestrais em 30 de junho de 2012**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

51

da Lei no. 4.863, de 3 de julho de 2012. O aporte foi contabilizado no Passivo Não Circulante em Adiantamento para Futuro Aumento de Capital. No mesmo comunicado a Companhia também informa ao mercado que a Diretoria da CEB autorizou o aporte do mesmo valor na CEB Distribuição S.A., em atendimento à Resolução Autorizativa ANEEL nº 3.254/2011.

- b) No Fato Relevante publicado em 01 de agosto de 2012, a CEB fez o seguinte comunicado ao mercado: “ Em cumprimento ao disposto na Instrução CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, comunicamos aos acionistas da Companhia Energética de Brasília – CEB e aos demais segmentos do mercado de capitais, que a CEB realizou em 31 de julho de 2012 um aporte de capital de R\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais) na subsidiária CEB Distribuição S.A., para atender à Resolução Autorizativa da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL nº 3.254, de 13 de dezembro de 2011. Os recursos são oriundos de uma operação financeira junto à Caixa Econômica Federal – CEF, por intermédio da CEB Lajeado S.A., no montante de R\$ 85.000.000,00 (oitenta e cinco milhões de reais), sendo que R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) serão aportados em 30 de novembro de 2012.”

Brasília, 30 de junho de 2012.

RUBEM FONSECA FILHO

Diretor-Presidente

EDGARD KETELHUT MINARI

Diretor

MAURO MARTINELLI PEREIRA

Diretor

ELI SOARES JUCÁ

Diretor de Relações com Investidores

PAULO ELESBÃO LIMA DA SILVA

Contador

CRC – DF 9.658/0

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Companhia Energética de Brasília - CEB
Brasília - DF

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia Energética de Brasília - CEB ("Companhia"), contidas no formulário de Informações Trimestrais (ITR), referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2012, que compreendem os balanços patrimoniais em 30 de junho de 2012 e as respectivas demonstrações de resultados e de resultados abrangentes para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e das informações financeiras intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e com a Norma Internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Ênfases

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 5.d, os faturamentos relativos ao fornecimento de energia elétrica a certas entidades e órgãos da administração pública do Distrito Federal, bem como os valores referentes a encargos por pagamentos em atraso, não foram liquidados financeiramente e estão registrados na rubrica "Contas a receber", no ativo não circulante, cujo saldo, em 30 de junho de 2012, totaliza R\$ 83,8 milhões. A Administração, com base no atual estágio do processo de cobrança e negociação dos referidos créditos, principalmente perante o seu controlador, o Governo do Distrito Federal, considera não necessária a constituição de provisão para perdas. A realização desses créditos depende do sucesso dos processos de cobrança e negociações que estão em andamento, e os mencionados créditos podem ser liquidados por valores diferentes daqueles que estão registrados.

A controlada CEB Distribuição S.A. apresenta um histórico de deficiência de capital de giro e de baixa ou negativa rentabilidade. Adicionalmente, em razão das características inerentes às atividades operacionais e por exigência dos órgãos concedente e regulador, existe a necessidade de constantes e relevantes investimentos para manutenção e desenvolvimento das suas atividades. Os planos da Administração para manutenção das atividades, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.2, consistem, entre outros, na venda de ativos não operacionais, na rentabilidade futura dos investimentos em andamento e na capacidade de obter novas linhas de financiamentos. As demonstrações financeiras dessa controlada, utilizadas para apuração da equivalência patrimonial e no processo de consolidação, foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios e, assim, não incluem nenhum ajuste relativo

à realização e à classificação dos ativos ou quanto aos valores e à classificação dos passivos, que seriam requeridos na impossibilidade da controlada continuar operando.

A coligada Corumbá Concessões S.A. apresenta, em 30 de junho de 2012, situação financeira desfavorável, representada por capital circulante negativo no montante aproximado de R\$ 48,6 milhões. Os planos da Administração relacionados à continuidade das operações dessa coligada estão descritos na Nota Explicativa nº 1.2. As demonstrações financeiras da referida coligada, utilizadas para o cálculo de equivalência patrimonial, foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios e, assim, não incluem nenhum ajuste relativo à realização e à classificação dos ativos ou quanto aos valores e à classificação dos passivos, que seriam requeridos na impossibilidade da coligada continuar operando.

A controlada Companhia Brasileira de Gás – CEBGAS, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.2., entrou em operação parcial em 8 de fevereiro de 2007, por meio do suprimento de gás natural liquefeito, proveniente da cidade de Paulínia, no Estado de São Paulo, para o Distrito Federal, e distribuição a partir de contratos de compra e venda a seus distribuidores. Para que essa operação seja plena, faz-se necessária a viabilização da construção do gasoduto de transporte de gás natural ligando o gasoduto Brasil-Bolívia ao Distrito Federal. Enquanto persistir essa situação, a CEBGAS continuará a depender de suporte financeiro a ser obtido com seus acionistas ou com terceiros. As demonstrações financeiras dessa controlada, utilizadas para apuração da equivalência patrimonial e no processo de consolidação, não incluem ajustes que poderiam ser requeridos no caso de a controlada não conseguir viabilizar suas operações de forma plena.

Outros assuntos

Informações financeiras intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente, e, com base nesses procedimentos, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Informações financeiras intermediárias, individual e consolidada, divulgadas para fins de comparabilidade

Examinamos os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2011, individuais e consolidados, cujo relatório de auditoria foi emitido em 30 de março de 2012, sem ressalvas. As demonstrações de resultados correspondentes aos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2011 e as demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2011, foram por nós revisadas e nosso relatório de revisão, datado de 17 de janeiro de 2012, foi emitido com ressalva em decorrência dos seguintes assuntos: 1) impraticabilidade de executar procedimentos de auditoria para concluir sobre os saldos das contas “Cauções e depósitos vinculados - Ativo não circulante” e parcela do saldo de “Bens e direitos destinados à venda – Ativo não circulante”, nos valores de R\$ 7,4 milhões e R\$ 8,0 milhões, respectivamente; 2) ausência de controle analítico dos créditos de ICMS originados na aquisição de bens utilizados na atividade de distribuição de energia; 3) ausência de controles que possibilitassem a identificação dos custos dos empréstimos que são diretamente atribuíveis à construção ou produção dos ativos utilizados em sua atividade operacional; 4) ausência de registro a valor justo do instrumento financeiro correspondente às ações preferenciais cumulativas e resgatáveis de classes “A” e “B” emitidas pela coligada Investco S.A.; e 5) ausência de divulgação em notas explicativas dos seguintes assuntos requeridos pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e pelas IFRS: a) os valores justos de todos os instrumentos financeiros, método de apuração dos valores justos e comparação dos valores justos com aqueles consignados nas demonstrações financeiras; e b) informações quantitativas sobre os riscos no âmbito do grupo. Os assuntos que originaram as referidas ressalvas foram solucionados pela Companhia no encerramento do exercício de 2011.

Brasília, 14 de agosto de 2012

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF

Francesco Luigi Celso
Contador CRC SP-175348/O-5 S-DF

Alexandre Dias Fernandes
Contador CRC DF-012460/O-2

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia Energética de Brasília – CEB, sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede no Setor de Indústria e Abastecimento, Área de Serviços Públicos, Lote C, S I A, Brasília, inscrita no CNPJ sob nº. 00.070.698/0001-11, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº. 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que:

(I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente às informações financeiras da CEB referentes ao 2º trimestre de 2012, encerrado em 30 de junho de 2012; e,
(II) reviram, discutiram e concordam com as informações financeiras da CEB relativas ao 2º trimestre de 2012, encerrado em 30 de junho de 2012.

Brasília, 14 de agosto de 2012.

RUBEM FONSECA FILHO

Diretor-Presidente

MANOEL CLEMENTINO BARROS NETO

Diretor Técnico

SETEMBRINO DE MENEZES FILHO

Diretor de Geração e Negócios

ELI SOARES JUCÁ

Diretora Administrativo-Financeira e de Relações com os Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia Energética de Brasília – CEB, sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede no Setor de Indústria e Abastecimento, Área de Serviços Públicos, Lote C, S I A, Brasília, inscrita no CNPJ sob nº. 00.070.698/0001-11, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº. 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que:

(I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente às informações financeiras da CEB referentes ao 2º trimestre de 2012, encerrado em 30 de junho de 2012; e,
(II) reviram, discutiram e concordam com as informações financeiras da CEB relativas ao 2º trimestre de 2012, encerrado em 30 de junho de 2012.

Brasília, 14 de agosto de 2012.

RUBEM FONSECA FILHO

Diretor-Presidente

MANOEL CLEMENTINO BARROS NETO

Diretor Técnico

SETEMBRINO DE MENEZES FILHO

Diretor de Geração e Negócios

ELI SOARES JUCÁ

Diretora Administrativo-Financeira e de Relações com os Investidores